

ENTREVISTAS:



ANA CAROLINA FERNANDES
páginas 3 e 4



DANIELA PINHEIRO
página 5



RUBENS VALENTE
página 14



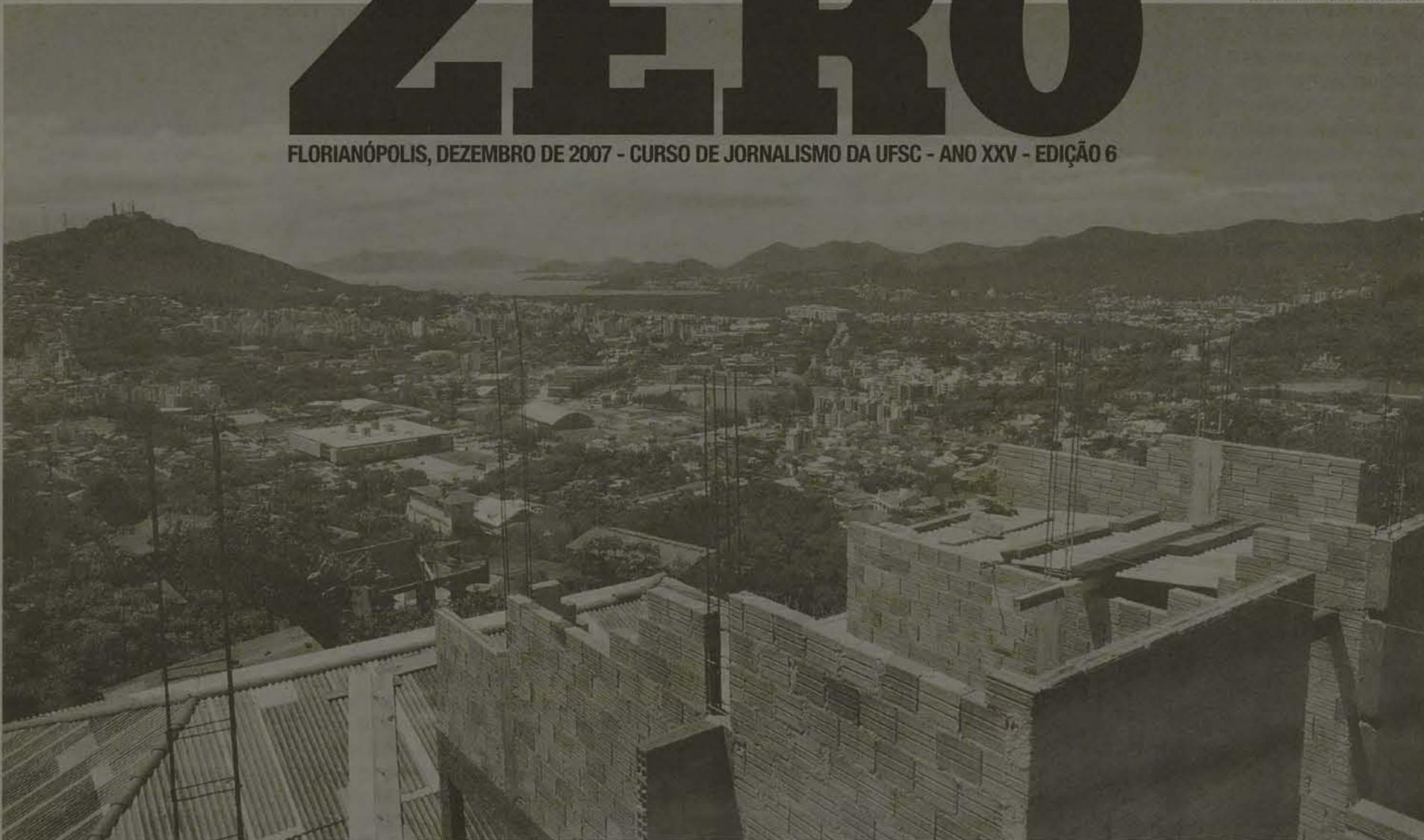
6ª BIENAL DE ARTES VISUAIS DO MERCOSUL HOMENAGEIA GUIMARÃES ROSA
página 15 e 16



ZERO

LUCAS SAMPAIO / AG. ENSAIO FOTO JORNALISMO

FLORIANÓPOLIS, DEZEMBRO DE 2007 - CURSO DE JORNALISMO DA UFSC - ANO XXV - EDIÇÃO 6



SAI DA MINHA ILHA

ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA GRINGA E OCUPAÇÃO DESORDENADA À REVELIA DO PLANO DIRETOR
páginas 8, 9 e 10



APRENDA A TURBINAR SEUS PONTOS NO CURRÍCULO LATTES

páginas 11 ACERVO BIBLIOTECA PÚBLICA DE SANTA CATARINA

HOSPITAIS PSIQUIÁTRICOS COM CARA NOVA

páginas 12 e 13

Entre *jabs* e *punchs*, uma obra única

Norman Mailer falece sem completar a sua grande ambição: escrever o “grande romance americano”

Um personagem controverso e extravagante, detentor de um estilo e uma personalidade cáustica, inconfundíveis deixou o mundo literário no dia dez de novembro. Norman Mailer morreu aos 85 anos de insuficiência renal em Manhattan - as letras e a vida pública norte-americana estão órfãos do peso pesado que, durante quase 60 anos de atividade, esteve rodeado de polêmicas, obras excelentes e medianas, críticas reverentes e severas. Escritor incansável, publicou mais de 30 obras em gêneros variados, de romances a biografias.

Seu objetivo maior, porém, permaneceu fora de alcance: the big one, ou o “grande romance americano”, uma obra capital que o colocaria no patamar de Tolstói, Dostoiévski, Stendhal, Joyce ou Faulkner. Não que Mailer se julgasse indigno de ser citado ao lado destes gigantes, mesmo sem seu hipotético livro epitome; ele representava a antiga tradição literária, segunda a qual escrever é um ato heróico, levado a cabo por escritores ídem.

Com um ego à altura de suas ambições, se julgava capaz de discorrer sobre temas sem ligação aparente. Guerra Fria, protestos contra a guerra do Vietnã, Marilyn Monroe, existencialismo, homem na lua e sexo. Que traço comum une isso tudo? A obsessão de Mailer em descrever as contradições da sociedade americana, a moralidade e a fascinação pelas celebridades, sexo e poder, a cegueira consumista e a ânsia pela fama. Tudo isso foi possível graças a um olhar

rápido e penetrante, uma prosa violenta e belicosa, um estilo capaz de dar conta das turbulentas décadas de 60 e 70.

De família judaica, Mailer foi um estudante brilhante e ingressou em Harvard aos 16 anos com a intenção de estudar engenharia aeronáutica. Logo porém, seu interesse derivou para a prosa. De acordo com seus relatos, imergiu nos romances de T. Farrel e John Dos Passos, e passou a escrever um quota de três mil palavras diárias, para superar as qualidades de “mau escritor”.

Pouco depois de se formar em 1943, foi recrutado para a segunda guerra mundial, mas sua experiência de combate se resumiu a uma única incursão de patrulha no Japão. Mesmo assim, esta passagem lhe forneceu material para o primeiro romance, *The Naked and the Dead* (1948), um relato de guerra que vendeu 200 mil cópias e teve uma crítica positiva quase universal - fato que não mais se repetiria em sua carreira. Sobre o fato de ser uma obra de iniciante, Mailer comentou: “parte de mim acreditou ser esse o maior livro escrito desde *Guerra e Paz*. Por outro lado pensei, ‘eu não sei nada sobre escrever. Sou virtualmente um impostor’”.

Durante a década seguinte publicou outros dois romances de pequena expressão, e viveu relativamente a deriva, freqüentemente bêbado, drogado ou ambos. Em conjunto com os amigos Daniel Wolf e Edwin Fancher fundou em 1955 a revista *The Village Voice*, na qual expunha sua filosofia hipster e seu estilo arrojado e poético, as vezes beirando ao metafísico.

Entretanto, há um certo consenso de que o legado mais substantivo de Mailer tenha sido no que Tom Wolfe chamou de new journalism, ou, como chamamos por aqui, jornalismo literário. Em *The Armies of the Night: History as a Novel*,



A idade mudou, mas o olhar continuou o mesmo. Ao lado, Mailer em 1948 com 25 anos e acima uma foto tirada por um fã do escritor em janeiro deste ano

fan
Norman Mailer

the Novel as History”, um livro premiado composto a partir de uma série de artigos publicados na revista *Esquire*, sobre os protestos contra a guerra do Vietnã ocorridos em frente ao Pentágono em 1967, é um bom exemplo dessa faceta do autor. Narrando a sua própria experiência no evento - em que chegou a ser detido pela polícia -, tornou-se uma das obras fundamentais deste gênero mesclado: as técnicas novelescas aplicadas ao trabalho de observação jornalística “na rua”.

Em 1979 um de seus livros mais relevantes da seqüência a este trabalho. *“The Executioner Song”*, um épico americano em que o autor relata a história real do assassino confesso Gary Gilmore através das voz do próprio criminoso e das pessoas que lhe foram próximas, rompendo com seu estilo literário habitual, em que o narrador é geralmente um alter-ego do escritor, com as marcas

de sua personalidade.

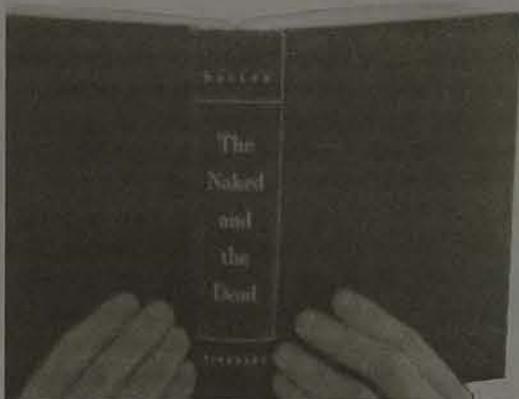
Em uma ocasião semelhante, também no final da década de 70, Mailer recebeu correspondência do assassino e estelionatário Mr. Abbott. Reconhecendo um potencial literário nas cartas que lhe eram enviadas da cadeia, o autor ajudou Abbott a publicar o livro *“In the Belly of the Beast”* e fez um lobby para conseguir a liberdade condicional do condenado. Pouco tempo após ser libertado porém, Abbott assassinou um garçom num restaurante de periferia e Mailer virou alvo de revolta pública.

Este foi apenas um dos escândalos em que o escritor esteve envolvido. Sempre ávido pelas câmeras, elas não se retiraram nos momentos em que Mailer as poderia dispensar. Em certa ocasião, quase matou sua segunda mulher com um canivete. Também sustentou opiniões divergentes com o movimento femi-

nista, dizendo-se contrário ao controle de natalidade - ao que parece, ele não estava brincando: casou-se seis vezes e teve dez filhos.

Em diversas ocasiões derivou as divergências com críticos e comentaristas da sua obra do plano verbal ao físico: aficionado por boxe, chegou a dar um *punch* em Gore Vidal na frente das câmeras de TV. Referindo-se a Mailer, Vidal disse: “ele quer influenciar a consciência de seus contemporâneos, mas eles não vão notá-lo, mesmo se ele for bom no que escreve. Assim, cada vez que fala ele tem que ficar mais violento, mais alto e tocar mais sinos inúteis.” Em meio a encrencas, controvérsias e um ego imensurável, uma coisa é certa e praticamente indiscutível: o jornalismo e a literatura perdem um boxeador de estilo único e idéias sólidas.

Por Manfred Mattos



ZERO

JORNAL LABORATÓRIO ZERO
ANO XXV - Nº 6
DEZEMBRO 2007
CURSO DE JORNALISMO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA
CATARINA - UFSC
FECHAMENTO: XX DE DEZEMBRO

REDAÇÃO DO JORNAL
CURSO DE JORNALISMO
UFSC - CCE - JOR
Trindade - Florianópolis
CEP 88040-900

INFORMAÇÕES
IMPRESSÃO: Diário Catarinense
CIRCULAÇÃO: Nacional
DISTRIBUIÇÃO: Gratuita
TIRAGEM: 5.000 exemplares

TELEFONES
+55 (48) 3721.6599 / 3721.9490 /
3721.3215 / FAX: 3721.9490

NA INTERNET
SITE: www.zero.ufsc.br
CIRCULAÇÃO: zero@cce.ufsc.br

EDIÇÃO Ana Paula Flores, Elaine Manini, Fernanda Rebelo, Ingrid Cristina dos Santos, Jéssica Lipinski, Lucas Sampaio, Naiana Cantu, Rafaela Biff Cera, Renan Dissenha, Thiago Santaella - **ILUSTRAÇÃO** Priscila Mei Minku - **EDITORIAÇÃO** André Faust, Diogo Honorato, Renan Dissenha, Thiago Santaella, Sabrina Carozzi, Tadeu Sposito - **FOTOGRAFIA** Agência Ensaiofotografismo, Andre Faust, Fundação Bienal do Mercosul - **indicefoto.com**, Stockx chance - **REPORTAGEM** André Faust, Amanda Busato, Ana Carolina Dall Agnol, Cláudia Mussi Viegas, Ingrid Cristina dos Santos, Lucas Sampaio, Luiza Ferreira, Manfred Mattos, Paula Reverbel, Renan Dissenha Fagundes, Thiago Santaella, Vera Flesch - **PROFESSOR COORDENADOR** Lucio Baggio - **MONITORIA** Lucas Neumann



Melhor Peça Gráfica
I, II, III, IV e XI
Set Universitário / PUC-RS
1988, 89, 90, 91, 92 e 98



3º melhor
Jornal-laboratório do Brasil
EXPOCOM 1994



Melhor Jornal-laboratório
I Prêmio Foca
Sind. dos Jornalistas de SC, 2000

“Precisa ter muita paixão”

A repórter fotográfica Ana Carolina Fernandes se destaca pela experiência conquistada com amor e prática

“Quem não sofreu essa servidão que se alimenta dos imprevistos da vida, não pode imaginá-la. Quem não viveu a palpitação sobrenatural da notícia, o orgasmo do furo, a demolição moral do fracasso, não pode sequer conceber o que são. Ninguém que não tenha nascido para isso e esteja disposto a viver só para isso poderia persistir numa profissão tão incompreensível e voraz, cuja obra termina depois de cada notícia, como se fora para sempre, mas que não concede um instante de paz enquanto não torna a começar com mais ardor do que nunca no minuto seguinte” (Gabriel García Márquez)”

ZERO – Você disse que ganhou sua primeira câmera com 13 anos e aos 17 decidiu ser repórter fotográfica. Como foi?

Ana Carolina Fernandes – Com 13 anos minha mãe me deu minha primeira câmera. Aos 17 foi uma decisão, realmente. Foi no ano do vestibular, eu queria fazer fotografia e não tinha faculdade. Nem nos cursos de jornalismo daquela época tinha a cadeira de fotojornalismo. Não tinha nenhum curso de fotojornalismo específico de faculdade e aí fui morar nos Estados Unidos, onde fiz meu primeiro curso. Eu voltei com 18 anos, comecei a fazer um curso de fotografia na Escola de Artes Visuais do Parque Lage, a escola de belas artes, por dois anos. É um curso muito bom, mas era só o básico. No meio do segundo ano eu fui fazer estágio n’O Globo, que foi onde eu realmente fui aprender. Foi com 19 anos.

Z – Hoje em dia já tem a cadeira de fotojornalismo na maioria dos cursos do país. Como você é de uma época anterior a esses cursos, quais atributos são necessários para o fotojornalista hoje, para o repórter fotográfico?

ACF – Já existe inclusive faculdade só de fotografia, também, em São Paulo e no Rio. Os atributos passam pelo jornalismo, antes de mais nada, porque é uma profissão que você tem que gostar muito. Você não vai ficar rico no fotojornalismo – para isso tem a foto publicidade (risos) –, você tem que gostar muito porque é uma vida bastante difícil. Não tem horário, você vai atrás da notícia, não tem natal, ano novo, dia das mães... É uma vida sem horários, muito desgastante, muito peso para carregar.

Z – Você acha que é uma profissão ainda mais difícil que a do próprio jornalista?

ACF – Eu acho que é complicado. No jornalismo eu vejo hoje muitos repórteres que fazem matéria sem sair da redação, pelo telefone. Você nunca vai conseguir isso com foto; é preciso estar nos locais – às vezes de difícil acesso. Já fiz matérias que você tem que caminhar 3, 4 horas com o equipamento para chegar no local.

Z – Como é ser mulher em uma profissão predominantemente machista?

ACF – É complicado, é uma profissão muito machista. Quando eu comecei, os chefes deixavam bem claro que eles estavam contrariados. Quando fui fazer estágio n’O Globo, eu era a única mulher. Eram 25 fotógrafos e eu era a única mulher. Os chefes hoje em dia são até meus amigos, são bem mais velhos, mas na época (1984) eles deixavam muito claro que eles não estavam satisfeitos com a minha presença lá, que aquilo não era lugar mulher. E n’O Globo não tinha nenhuma mulher. A última que tinha passado por lá dizem que pediu demissão porque colocaram ela para subir morro no sétimo mês de gravidez. Não sei se é verdade, mas tem essa história. Ela se chama Cristina Zappa.

Z – Você tem algum exemplo do que acontecia contigo, algum caso que te marcou? O que os chefes chegavam a te falar?

ACF – Eles diziam que departamento fotográfico não era lugar de mulher e tudo que eu gostava de fazer era pior ainda. Eu gostava de hard news, de futebol. Futebol, então... Aí teve o Filô – um grande mestre, que morreu muito jovem, um grande fotógrafo d’O Globo –; ele me adotou. Ele me levava para todos os lugares com ele. Era um cara muito disciplinado e técnico, que estava sempre fazendo palestras e projeções para estudantes em universidades e cursos de fotografia. Anos depois ele virou editor de fotografia d’O Globo, mas eu já estava em



Laura D'Amorim / Agência FotoValério

Brasília. Os fotógrafos eram muito legais comigo, mas o trio de chefes deixava bem claro que o departamento fotográfico não era lugar para mulher. O próprio O Globo nessa época já era um jornal muito duro com os fotógrafos, uma linha muito sob pressão, não era uma coisa muito tranquila.

Z – E sua carreira no jornal?

ACF – Eu estava feliz de fazer estágio lá, onde eu fiquei 8 meses. Eu acho até que faz muita falta isso, era muito mais ralação antigamente. Primeiro você saía com o fotógrafo, depois você saía sozinha, aí depois eu fui para o jornal de bairro – que era uma escola

muito interessante. Mas o meu sonho sempre foi ir para o Jornal do Brasil (JB), que era um grande jornal na época. Quando eu fui para o JB tinha duas outras mulheres lá – Viviane Rocha e Mabel Arthur –, mas nenhuma delas está mais na profissão. Uma é fotógrafa de estúdio, a Mabel, a outra é professora de História na UFRJ.

Z – A parte de fotografia no JB era muito forte.

ACF – Muito, muito forte. Os editores de fotografia tinham muito mais poder do que eles têm hoje. Nessa época o Alberto Ferreira – que morreu há dois anos e foi um mestre para mim, um cara maravilhoso, mais velho que o Filô – o que ele dizia era lei. Não tinha “a primeira página quer dar essa foto aqui”, não tinha. Ele quem escolhia. Hoje em dia o editor de fotografia não tem o poder de dizer “a foto é essa”. A vontade dos editores da primeira página e até de outros cadernos acaba prevalecendo. Muitas vezes o editor de fotografia briga, mas a última palavra quase nunca é a dele.

Z – De todas as coberturas que você já fez, quais foram as que mais te marcaram?

ACF – A cobertura do Césio 137 foi muito importante, pois era o início da minha carreira, e foi no JB, que abria portas. Ninguém sabia direito o que era aquilo, os níveis de contaminação que poderiam ser causados, nem mesmo os jornalistas. Também cobri alguns acontecimentos em Brasília muito interessantes, como os badernaços, acho que em 1988, que eram manifestações contra o Plano Cruzado Novo do Sarney. A constituinte também foi uma experiência muito interessante.

Z – E fotos marcantes?

ACF – Tem uma foto do badernaço em Brasília que eu gosto muito, foi para o Prêmio Esso e não ganhou. Também aquela foto que eu chamei de “Brincadeira de Guerra”, das crianças brincando com cartuchos de munição escrevendo TC (Terceiro Comando). Foi muito impressionante para mim. Tem uma foto que eu fiz na Índia, aquela do coração. Ela já foi a três leilões e nunca foi publicada. Eu nunca publiquei nenhuma de minhas fotos da Índia, apesar ter ido em uma parceria com a Folha. Eu até estou preparando uma exposição individual com essas fotos, no primeiro semestre de 2008, mas nunca publiquei nenhuma delas.

Z – E você tem algum outro projeto de viagem, de fotografar outro lugar?

ACF – Eu tenho muita vontade de fotografar os lençóis maranhenses, gostaria de viver na Amazônia algum tempo, se fosse possível viver numa tribo de índios, fazer um trabalho com índios é uma coisa que eu gostaria muito, mesmo. A Amazônia é uma coisa que me fascina, os índios também. Eu gosto de sair com uma câmera fotografando as pessoas no Brasil, e eu tenho muita vontade de fazer isso, andar por aí pelo Brasil.

“Vejo repórteres que fazem matéria sem sair da redação, pelo telefone. Você nunca vai conseguir isso com foto”

“Pra seguir essa carreira, tem que fotografar com o coração, com a alma, e tem que gostar muito”

Z – Mas você já pensou em largar o hard news, o fotojornalismo diário?

ACF – Eu tô ficando meio velha já pro hard news (risos)... Assim, eu estou passando por uma fase na Folha que eu já estou naturalmente saindo um pouco do hard news, do dia-a-dia mesmo, já é uma coisa natural que está acontecendo. Eles acabaram de contratar um outro fotógrafo mais pra isso também, porque eu nunca podia viajar porque só tinha eu no Rio. Pra me tirar do Rio tinha que vir alguém de São Paulo, então sempre acabava sendo uma operação complicada, e que me fez viajar pouco na Folha, é uma logística muito complicada. Então, eu sei que o hard news vicia, é aquela adrenalina, mas eu acho que o caminho natural também é ir um pouco mais pra outros projetos maiores, viagens e ir largando um pouco o hard news.

Z – Apesar de, como você falou, ter muita adrenalina, não tem um momento que cansa dormir pouco em vários dias seguidos?

ACF – Sim, e o mais grave é que chega um momento de dúvida, às vezes eu me perguntava, por exemplo, quando ia bater foto da guerra do tráfico no Rio de Janeiro, se eu não estava ali explorando aquela situação... Era uma coisa muito frustrante, e eu me sentia muitas vezes me aproveitando ali daquela situação que eu não vejo solução, é uma coisa de polícia, é uma situação política, e que envolve corrupção policial, tráfico de drogas, baixíssimos salários de policiais, sabe... Aí, você tá ali porque vai ganhar uma boa foto, porque envolve um prêmio... Acho que às vezes eu me sinto um pouco explorando a situação, e pra que, pra levar um tiro qualquer hora dessa. Eu já acho que não me interessa mais uma foto assim, mais uma criança, mais um fuzil... Pode ser que algum dia seja uma grande foto, dê um prêmio Esso, mas eu já não vejo mais tanto fascínio nisso.

Z – Você falou de prêmios. Você já foi indicada a um prêmio Esso, ganhou duas vezes o prêmio Folha, em 2000 e 2002, e teve uma menção honrosa em um prêmio da ONU.

ACF – É, foi um vazamento de óleo na Baía de Guanabara em 2000. Esse trabalho também me marcou bastante, porque foi um desastre ecológico enorme, e eu acho que por negligência da Petrobrás. Eu convivi muito ali com os pescadores, que foram os maiores prejudicados. Foi um trabalho interessante, que eu gostei muito de fazer, mas que também foi muito triste.

Z – Uma das suas fotos que mais impressiona é a do assalto no Unibanco. Pelo momento, você tira muito de perto a foto, e até o próprio assaltante fica assustado, a arma dele não aponta nem pro refém nem pra ninguém e ele olha fixamente para a foto, acho que nem ele esperava, você disse que você entrou na agência...

ACF – É, eu estava passando e vi a cena, e quando eu cheguei a polícia estava chegando, e eu aproveitei a hora que aquele policial entrou (o que estava sem camisa) e entrei junto, ele tirou a camisa pra mostrar pro cara que ele estava entrando sem arma, para o cara não se assustar, e ali na confusão eu entrei pra tirar a foto e fiquei bem no cantinho, escondidinha, acho que ele nem me viu... É, parece pela foto que ele me viu, parece que ele está olhando pra mim, mas eu não sei...

Z – Mas na hora você não pensou que ele poderia se assustar e dar um tiro em você, por exemplo?

ACF – Confesso que não. Confesso que não pensei nisso.

Z – Se você pensasse, hesitaria?

ACF – Acho que não, porque eu sempre fui meio kamikaze mesmo, talvez por isso seja hora de parar, porque eu sempre fui considerada meio louca de entrar nos lugares, em tiroteio, e sempre gostei. A verdade é que eu gostava dessa adrenalina. Não sei se isso é uma coisa saudável.

Z – E a história do enterro da Elza Gomes?

ACF – Eu era estagiária do Globo. Eu estava com o Chiquito Chaves no enterro da atriz Elza Gomes. O cemitério estava lotado e o Chiquito ficou em cima de um muro, esperando o caixão chegar, e me mandou esperar onde o corpo seria enterrado. Havia uma multidão em cima dos túmulos ao lado e, de repente, um deles cedeu e várias pessoas caíram dentro de uma sepultura. Aí eu fiz a foto. As pessoas estavam esperando, muito calor, daí daqui a pouco quebrou uma daquelas lápides, e as pessoas caíam com a perna pra cima, e eu fotografando (risos)... Mas foi a minha primeira página da vida.

Z – Você falou que vocês fazem curso na Folha de zona de guerra, têm que usar coletes à prova de balas... Então, eu queria que você falasse da escalada da violência no RJ, já que você disse também que hoje em dia os jornalistas são tão inimigos quanto a polícia.

ACF – Eu acho que depois da morte do Tim Lopes ficou muito perigoso. Os jornalistas são vistos como inimigos tanto quanto a polícia, o alvo deles é a polícia e os jornalistas, eles botaram tudo no mesmo saco. Eu não sou a favor do que o Tim Lopes fez, eu acho que foi uma loucura. Entrar com uma câmera escondida pra filmar uma área que a polícia não entra, que o Estado

“É uma profissão muito machista. Quando eu comecei, os editores deixavam claro que estavam contrariados”



“Depois da morte do Tim Lopes os jornalistas são vistos tanto quanto a polícia”

não entra. O Rio de Janeiro é considerado em qualquer lugar do mundo uma zona de guerra, pela imprensa mundial, pelas associações de jornalistas. Esses cursos que a gente faz é curso pra quem trabalha em zona de conflito, ou seja, zonas de guerra mesmo. Tanto que esse curso que eu fiz foi dado por uma capitã do exército britânico que já tinha estado em guerra. A parte mais interessante que eu achei foi a de primeiros socorros, porque a realidade deles é um pouco diferente. Mesmo numa guerra eu acho que não é tão perigoso, porque esses soldados são completamente loucos, muitas vezes drogados, e muitas vezes com armas que nem a polícia tem. São muito jovens, são muito loucos, é muito perigoso. Eu já achei o contrário, já achei que uma foto valia esse risco, hoje não acho mais. Há pouco tempo na Vila Cruzeiro, aconteceu de eles atirarem em cima dos fotógrafos. Eu, sinceramente, nunca tinha visto isso. A imprensa sempre era chamada nas favelas, quando a coisa esquentava pro lado deles, eles chamavam a imprensa pra ser testemunha, para meio que estar do lado deles, da comunidade. Hoje em dia, depois da morte do Tim Lopes, a imprensa virou vilã.

Z – Houve uma campanha muito grande da TV Globo depois da morte do Tim Lopes, mas você acha que foi isso que fez com que a população da favela mudasse essa visão dos jornalistas?

ACF – Eu não sei se a população, eles são muitos legais com a gente. Ontem mesmo eu vi na televisão, teve um tiroteio e os jornalistas entraram na casa de moradores. Sempre que eu vou fazer matérias que não envolvam bandidos, as pessoas são muito legais. Mas como quem manda é o tráfico, muitas vezes eles mandam atirar, ameaçam os moradores, eles são o poder dentro da favela. Então, eles é que não gostam de jornalistas. Também é uma forma de eles mostrarem poder.

Z – Você já chegou a uma situação em que pensou que ia morrer? Uma situação de muito risco em que não sabia o que fazer?

ACF – Teve um dia que eu entrei na Vila Cruzeiro, o dia em que atiraram nos fotógrafos. Mas o pior é quando está tudo vazio, quando você não ouve nada, porque os morros são muito abertos. O que pode acontecer é o que pode acontecer com o cidadão comum, uma bala perdida vindo de não sei aonde... O Rio de Janeiro é uma cidade em guerra, então o medo faz parte. Mas é bom ter medo também, porque você fica um pouco mais cuidadoso.

Z – Mas o seu perfil é de não ter muito medo. Você chega a parar para pensar em alguma situação dessa ou você simplesmente fotografa?

ACF – Teve um dia que eu fiquei com medo. Foi um casal que morreu eletrocutado na Rocinha, acho que eles estavam num poste. O motorista entrou pela Rocinha, ao invés de ir por fora. Daqui a pouco, o carro foi cercado e uns caras de preto da cabeça aos pés começaram a bater no capô, em um momento a gente chegou a achar que era a polícia, o BOPE, mas eram traficantes. Aquele dia eu fiquei assustada, porque eu não entrei preparada para isso, fui lá para fotografar um casal que tinha morrido eletrocutado. Eu falei que vinha fotografar o casal eletrocutado, e eles diziam “não anda aqui com esse carro de reportagem...” Isso tem um ano e pouco. Eu e o motorista ficamos muito assustados.

Z – Você falou da sua rotina e falou que é pautada. Mas pelo que a gente vê das suas fotos, a maioria é não-pautada, ou se são pautadas, são de uma elaboração muito maior que as convencionais, até pelo tempo que você tem para fotografar. E você falou muito na palestra sobre o fator sorte. Você acha mesmo que é sorte ter tantas fotos e de tanta qualidade?

ACF – É, eu estou sempre ligada, esperando alguma coisa. Sempre com uma maquininha portátil dentro de uma bolsa, esperando acontecer alguma coisa. Nunca aconteceu, de eu estar de bobeira... É essa coisa de estar preparado, e de ter muito amor pela profissão também, de vestir a camisa da Folha, de estar ali. Porque é complicado, às vezes 4 da manhã você vai para não sei aonde, às vezes 6, 7 da manhã debaixo de chuva, de sol, sem comer, é desgastante. Mas eu acho que é isso, é sempre estar esperando, sempre atento realmente, captar ou ser captada pela foto.

Z – Qual a recomendação que você dá pra quem é estudante de jornalismo, pra quem quer fazer jornalismo e principalmente pra quem gosta de fotografia e quer seguir nessa área?

ACF – Eu acho que tem que fotografar bastante, experimentar, fotografar com o coração mesmo, com a alma, e tem que gostar muito. Pra querer seguir uma carreira, fazer disso a sua vida, é uma coisa muito de paixão. Nada impede depois também que a pessoa passe pra outra área, publicidade, cinema, não sei, mas pra ter uma carreira longa é necessária essa paixão, porque em Dia das Mães, dos Pais, Natal, Ano Novo, muitas vezes eu não tava, eu perdi muita coisa, muitos aniversários de família.

Por Lucas Sampaio
Colaboração de Felipe Flores

Uma trajetória de sucesso

De Veja a Piauí, Daniela Pinheiro conta como cada veículo contribuiu para seu crescimento profissional

“Nossa, mas vocês estão tomando um chá de cadeira”, disse Daniela Pinheiro quando entrou no hall da Pousada dos Chás e encontrou os repórteres do Zero assistindo a TV a cabo. Daniela veio do Rio de Janeiro para Florianópolis como palestrante da VI Semana de Jornalismo da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) e por todos aqueles motivos conhecidos, seu voo atrasou. Percorrer os quilômetros que separam o aeroporto Hercílio Luz da tal pousada, que fica em Jurerê – no Norte da Ilha –, também tomou um bom tempo e, além disso, a jornalista tinha uma reportagem para terminar ao longo da noite. Apesar dos contratempos e do cansaço, Daniela foi extremamente simpática.

Brasiliense formada em jornalismo pela UNB (Universidade de Brasília), Daniela Pinheiro já trabalhou na sucursal da Folha de São Paulo na sua cidade natal, onde ficou por quatro anos cobrindo política, na época dos governos Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Foi também, por dez anos, jornalista da revista Veja, em Brasília, São Paulo, e, por último, Rio de Janeiro. No começo de 2007 largou a Veja para se tornar repórter da revista Piauí, projeto criado por nomes como João Moreira Salles e Mário Sá Correia.

ZERO - Uma vez você publicou duas matérias na mesma edição da Veja, uma sobre gays e uma sobre embaixadas em Brasília. Como foi isso?

Daniela Pinheiro - Essas matérias não foram feitas no mesmo mês. Essa sobre gays já estava há três meses na gaveta, era uma daquelas matérias que demoram pra soltar, que só vai quando não tem nenhuma notícia. A outra não, essa da diplomacia era bem quente. Sobre as embaixadas em Brasília, algumas não tinham nada pra fazer, tipo a embaixada do Egito, aí as pessoas chamavam de a embaixada do agito [risos]. Era um pouco isso, ver como era a rotina desse povo que vai morar em Brasília.

Z - Você trabalhou na Veja durante dez anos, mas existem vários jornalistas que trabalham lá por muito pouco tempo e dizem que não agüentaram, que as pautas vêm com uma tese pronta que precisa ser comprovada.

DP - Eu não acho que seja verdade, acho que a Veja é a melhor escola para começar a trabalhar. Trabalhei quatro anos na Folha [de São Paulo] antes de ir pra Veja. A Folha também era uma ótima escola, mas é diferente. Eu sei que gosto mais de revista, meu texto é de revistas. Os anos da Folha foram maravilhosos. Eu cobria jornalismo político, congresso, depois o palácio do planalto na época do Itamar [Franco] e também do Fernando Henrique Cardoso. É importante começar em jornal, ter hora para fechar, por que às vezes na revista você perde um pouco isso. Para mim a Veja é a maior escola que tem para ser jornalista, porque lá tem hierarquia, que um jornalista tem que ter. Uma estrutura editorial, você é o repórter, mas também tem o editor, o editor executivo, o diretor de redação, todos pensando naquilo que você vai fazer. Isso é ótimo, ter uma direção, e não que tenha pauta pronta. Agora, dizer que chega lá e é surpreendido pela notícia e tem que ignorar porque tua pauta é outra? Isso não existe. Outra coisa que tem na Veja é precisão de informação, a precisão lá é uma coisa absurda. A Veja e a Piauí são, hoje, as duas únicas revistas [no Brasil] que tem checagem. Acabei de fechar uma matéria e tem uma pessoa que vai ficar batendo informação por informação. É muito difícil ter um erro na Veja. É muito difícil ter um erro na Piauí.

Z - Você falou que a Veja é boa por ter uma hierarquia forte. Isso é mais ou menos o oposto da visão que se tem da Piauí, de ser uma publicação mais anárquica, como disse o Marcos Sá Correia (editor da Piauí).

DP - Eu não acho a Piauí anárquica, ela tem uma hierarquia, mas muito mais diluída. A gente tem só um chefe, que é o Mário Sérgio Conti, diretor de redação. Ele é quem sabe tudo o que vai ter na revista. Se você fala que não tem isso, é uma loucura. Todo mundo vai lá e trabalha todo dia. O que não tem são essas anarras, por exemplo, reunião de pauta. Não têm dez pessoas mexendo no seu texto, porque as pessoas que estão lá já quase têm um texto que a gente chama de final. Acho que a diferença é assim, hoje, depois de quatro anos na Folha, dez anos de Veja e agora há um ano na Piauí: a Veja é uma grande escola, todo mundo devia trabalhar lá, concorde ou não, goste ou não do que eles escrevem, das posturas e dos columnistas que eles têm. Agora, você, como jornalista, poder escrever uma matéria na Veja, uma capa, que vai ser lida por 100 milhões de pessoas, isso não tem preço. E a Veja sabe fazer reportagem. O maior repórter de política pra mim hoje é o Policarpo Jr., um cara que está na Veja há 20 anos. Eu acho que a Veja vira, na faculdade, tipo uma Rússia na guerra fria, sabe, temos que combater... bobagem. A Veja pra trabalhar é um lugar muito bom. Mas eu queria outra coisa. Na Veja você lê a revista inteira e acha que é a mesma pessoa que escreveu. Lá tem uma fórmula de texto, e pra mim era muito interessante poder escrever mais livremente, que é o caso da Piauí, um texto mais autoral, que é a tua cara. E a Piauí tem pautas que não interessariam na Veja. Se for pra fazer uma má comparação, eu diria que a Veja é um ótimo lugar na tenra idade e a Piauí um ótimo



“Se for pra fazer uma má comparação, eu diria que a Veja é um ótimo lugar na tenra idade e a Piauí um ótimo lugar na vida adulta, quando você já tem experiência, já tem um estilo”

lugar na vida adulta, quando você já tem experiência, já tem um estilo.

Z - Não querendo achar que a Veja é o demônio do jornalismo, mas alguns jornalistas que trabalharam poucos meses na revista dizem que tinham dificuldades até pra contatar fontes, quando se identificavam como repórteres da Veja. Você já passou por isso?

DP - Nunca. Minha dificuldade foi quando eu saí e fui para o Jornal do Brasil em uma época em que ele estava totalmente falido. Ninguém queria falar com o JB, eu ligava e ficava esperando três horas para falar com uma pessoa. As pessoas querem falar com a Veja porque a Veja é a Veja.

Z - E como foi essa experiência no Jornal do Brasil?

DP - O Mário Sérgio Conti [que era diretor de redação da Veja] foi chamado para reformular o JB. Ele chamou uma galera, todos da mesma geração. Tirou umas dez pessoas da Veja. Largamos tudo em São Paulo e mudou todo mundo pro Rio. Durou quatro meses [risos].

Z - O que aconteceu?

DP - Não deu certo. As pessoas que estavam no comando do jornal... não deu certo. Ficou todo mundo no Rio de Janeiro se virando. Eu dei sorte de que a Veja me chamou de novo. Só que aí pra ficar no Rio. Foi quando comecei a fazer só matérias de comportamento. São Paulo é mais

variado, tem política, economia, comportamento. Em Brasília só política. No rio, só comportamento.

Z - Jornalismo de comportamento é uma área sensível de trabalhar.

DP - É, tem uma tênue linha para uma matéria não ficar brega. Matéria de comportamento é fácil de ficar óbvia, lugar comum. Não é fácil de fazer.

Z - Você é da primeira equipe de repórteres da Época. Como é a experiência de fundar uma revista?

DP - Eu não senti isso por que eu estava em Brasília. Quem teve essa experiência é quem estava em São Paulo, onde aconteceu a fundação. Eu sinto isso na Piauí, apesar de já ter entrado lá quatro meses depois que a revista estava na banca.

Z - Sobre o seu processo de apuração. Você anota? Usa gravador?

DP - Anoto tudo. Não gravo. Eu gravo assim, por exemplo, eu fui entrevistar o Sérgio Cabral [governador do RJ] ontem, para essa matéria da Colômbia que estou fazendo. Aí você grava, porque se vai uma frase errada do cara, dá uma merda. Normalmente não gravo, porque acho que uma hora o entrevistado esquece do gravador, mas demora. O risco de não gravar é que depois é sua palavra contra a da fonte. Se ela diz 'eu não falei, eu não falei', como é que faz? Então eu acho que é bom gravar, e quando estiver gravando tem que avisar.

Z - Sobre as grifes que você às vezes cita em textos, você tenta reparar ou pergunta para a pessoa?

DP - Eu reparo e coloco no texto. Porque esse é um assunto que me interessa. Não que eu use marca nem nada. Mas na Veja eu fazia muita matéria de “peruagem”. A primeira capa da Daslú da Veja quem fez fui eu, em 1996 ou 97. Tenho muita fonte peruva. Sabe, mulher de sociedade.

Z - Que entendem tudo de marca?

DP - Não. Peruva mesmo, socialite, que vai lá e passa uma fofoca. A última vez que precisei, foi na matéria da balada [Como se jogar na balada]. Consultei várias peruas para me darem dicas de onde ir. Não ia a uma boate acho que desde 1994 [risos]. Precisava saber onde era. Eu entendo do que é a “peruagem”, da marca. Se isso é necessário, às vezes é. Se você está falando de dinheiro, falar que o cara está com um relógio Búlgari. Outras vezes não, fazendo uma matéria do Maluf, óbvio que ele está com um relógio caro, diferente seria se tivesse com um Swatch, porque obviamente ele vai estar com um Búlgari.

Z - O que você tem lido, de jornais e literatura?

DP - Eu li muita coisa, procuro ler literatura. Desde que entrei na Piauí, estou lendo muito aqueles livros da coleção de jornalismo narrativo da Cia das Letras. Estes livros do Gay Talese, todos que foram publicados.

Por Paula Reverbel e Renan Fagundes

Qual o alvo, terroristas ou jornalistas?

Desde a queda das torres gêmeas, o combate ao terrorismo aumenta a vigilância e as tentativas de controle da mídia

A guerra ao terrorismo cada vez mais aparece uma guerra aos repórteres. É o que fala Dinah PoKempner, conselheira geral da ONG *Human Rights Watch*: "Nós estamos vivendo em uma era em que a liberdade de expressão é essencial para a sobrevivência dos nossos valores mais apreciados, e ainda assim ela está ameaçada como nunca. Esta é a era do terrorismo e do contraterrorismo. E há momentos em que é difícil dizer qual fenômeno é mais assustador". Já existiam tentativas de limitar a expressão, mas essas se aceleraram consideravelmente desde o dia nove de setembro de 2001, com o início da guerra contra o terrorismo.

Em uma guerra em que o alvo é uma nuvem de fumaça, qualquer um que estiver dentro da neblina acaba sendo atingido. Desde abril de 2006, o iraquiano Bilal Hussein, fotógrafo da agência *Associated Press*, é mantido preso pelo exército americano sem que haja qualquer acusação contra ele. Os militares o acusam, de maneira vaga e sem provas, de possuir ligações com insurgentes no país. Dados do Comitê para a Proteção de Jornalistas (CPJ) mostram que quinze por cento dos jornalistas presos no mundo assim estão sem que existam acusações contra eles e muito menos condenações por processos judiciais. Pelo menos outros oito jornalistas iraquianos foram detidos sem acusações e liberados meses depois.

Não é só o exército americano que não atua de maneira clara para com a imprensa e com o público. O mesmo acontece com o governo do país. E esse clima de conspiração, de cada vez mais segredos de estado, foi tema de um artigo intitulado "Quando nós publicamos um segredo?" e co-assinado pelo editor chefe do *New York Times*, Bill Keller, e pelo editor do *The Los Angeles Times*, Dean Baquet. Keller conta que "as escolhas estão mais complicadas porque o inimigo do Estado não é bem definido, não existem linhas inimigas demarcadas e a maior parte da guerra acontece atrás de uma cortina de segredos em ambos os lados". Ele explica que nesse mundo de informação altamente confidencial "é difícil balancear ambos os lados da equação – os riscos à segurança nacional e as ameaças às liberdades civis".

O jornalista Max Frankel, do *The Times*, conta que na regra de "relações maduras" com a imprensa o governo esconde o que pode, alegando essa necessidade o maior tempo que ele consegue, e a imprensa publica tudo que ela pode, alegando a necessidade e o direito do público saber, o interesse público. "Cada lado desse 'jogo' normalmente perde uma rodada ou duas. E cada um luta com as armas que tem. Quando o governo perde um segredo ou dois, ele simplesmente se ajusta a essa nova realidade". Porém, o lado dos governos

anda roubando no jogo.

Nos Estados Unidos, que tem como um dos principais pontos de sua constituição a liberdade de imprensa, tribunais têm mandado para a cadeia jornalistas que se recusam a revelar a identidade de fontes de informações secretas. Em junho de 2006, o Departamento de Justiça insistiu no uso de leis para vigiar telefonemas - com ordens judiciais - e processar quem publique segredos de Estado. O

um relatório confidencial de um ex-juiz revela que o serviço secreto alemão espionou jornalistas de forma ilegal durante mais de uma década. O serviço secreto também pagou jornalistas para ter espões dentro das redações dos jornais. O objetivo era identificar os informantes dos repórteres.

Ficou mais fácil se comunicar na era digital, porém, agora também é mais simples rastrear quem está comu-

de verdade – é motivo de preocupação. Zhang Jianhong escreveu comentários online pedindo uma reforma política para o país. Dois dias depois ele foi preso ao postar um artigo citando críticas internacionais sobre a falta de respeito aos direitos humanos na China. A acusação: "incitação para subverter a autoridade estatal" – no mundo, 63% dos jornalistas presos estão encarcerados sob a mesma acusação. Sua sentença: seis anos de

do suposto Dossiê Cuiabá, a Polícia Federal quebrou o sigilo de dois telefones do jornal *Folha de S. Paulo* em Brasília. Os policiais alegaram que não imaginavam se tratar de números de jornalistas. Enquanto na Rússia, informações sobre ações terroristas só podem ser divulgadas com a forma e o tamanho ditados pelo Centro de Operações Antiterroristas. Em junho de 2006, o presidente Vladimir Putin aprovou emendas que permitem punir até jornalistas que critiquem políticos. Jornais e revistas receberam 32 advertências até agora. Já no Chade, com o pretexto de colocar fim à violência entre árabes e não-árabes, o governo chegou a implantar, no ano passado, a censura prévia nos jornais e proibiu as rádios privadas de cobrir temas polêmicos.

Os "países desenvolvidos" também são participantes nessa ameaça. Em 2005, o governo da Grã-bretanha ameaçou processar jornais que publicassem um memorando restrito com a descrição das discussões entre o presidente dos EUA, George W. Bush, e o primeiro-ministro, Tony Blair, para atacar a rede de televisão Al-Jazeera. Na Irlanda do Norte, um projeto em discussão no parlamento reduz as exigências para apreender documentos de suspeitos, seria para acelerar investigações de grupos terroristas.

Depois de mostrar que o governo dinamarquês sustentou com provas frágeis o apoio à invasão do Iraque, em 2003, dois jornalistas precisaram enfrentar os tribunais em 2006. Os repórteres foram acusados de publicar informações obtidas ilegalmente. A Justiça os inocentou. E o governo sueco anunciou para este ano uma lei que autorizará o monitoramento das chamadas e comunicações internacionais.

Na França, policiais revistaram a redação do jornal *Midi Libre* em julho do ano passado na busca de um relatório confidencial do Tribunal Regional de Contas, que foi a base para reportagens sobre o governo na região de Languedoc-Roussillon. Autoridades abriram processo contra três jornalistas da publicação por violação de segredo de Justiça. E o governo da Itália propôs, em projeto apresentado no ano passado, uma multa de quase US\$ 77 mil para jornalistas que publicarem informações obtidas por escutas telefônicas secretas da polícia.

O artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos garante a liberdade para "procurar, receber e divulgar informações e idéias através de qualquer mídia, sem levar em conta fronteiras". Os 26 jornalistas desaparecidos no mundo desde 1994, os 134 jornalistas presos no mundo segundo levantamento de 2006 e os 124 jornalistas assassinados só no Iraque desde o início do conflito em 2003 mostram que esse direito, pelo menos por enquanto, está só no papel.

Por Thiago Santaella



mesmo ocorreu na Holanda quando os jornalistas Bart Mos e Joost de Haas, do *De Telegraaf*, ficaram presos por cinco dias ao se negarem a revelar suas fontes. Eles investigaram o caso de um policial suspeito de prestar informações sigilosas a criminosos. A agência de segurança conseguiu autorização judicial para fazer a escuta dos telefones dos repórteres, sem, no entanto, obter as informações que desejava.

Fontes confidenciais são a sustentação de muitos dos trabalhos dos repórteres. A proteção de fontes é definida pela Corte Europeia de Direitos Humanos como "uma das condições básicas para a liberdade de imprensa". Mas a vigilância em nome da segurança está minando esse direito essencial dos jornalistas em vários países. Na Alemanha,

é possível conseguir a localização de quem estiver usando um celular para fazer chamadas, gravar e-mails enviados e recebidos, páginas de sites visitadas. Esses dados gravados podem revelar tanto as fontes quanto qual será o próximo assunto para uma reportagem de um repórter. A empresa *Yahoo!* revelou o e-mail e as informações de usuário do jornalista Shi Tao ao governo chinês. Isso o levou a uma sentença de dez anos de prisão em março deste ano.

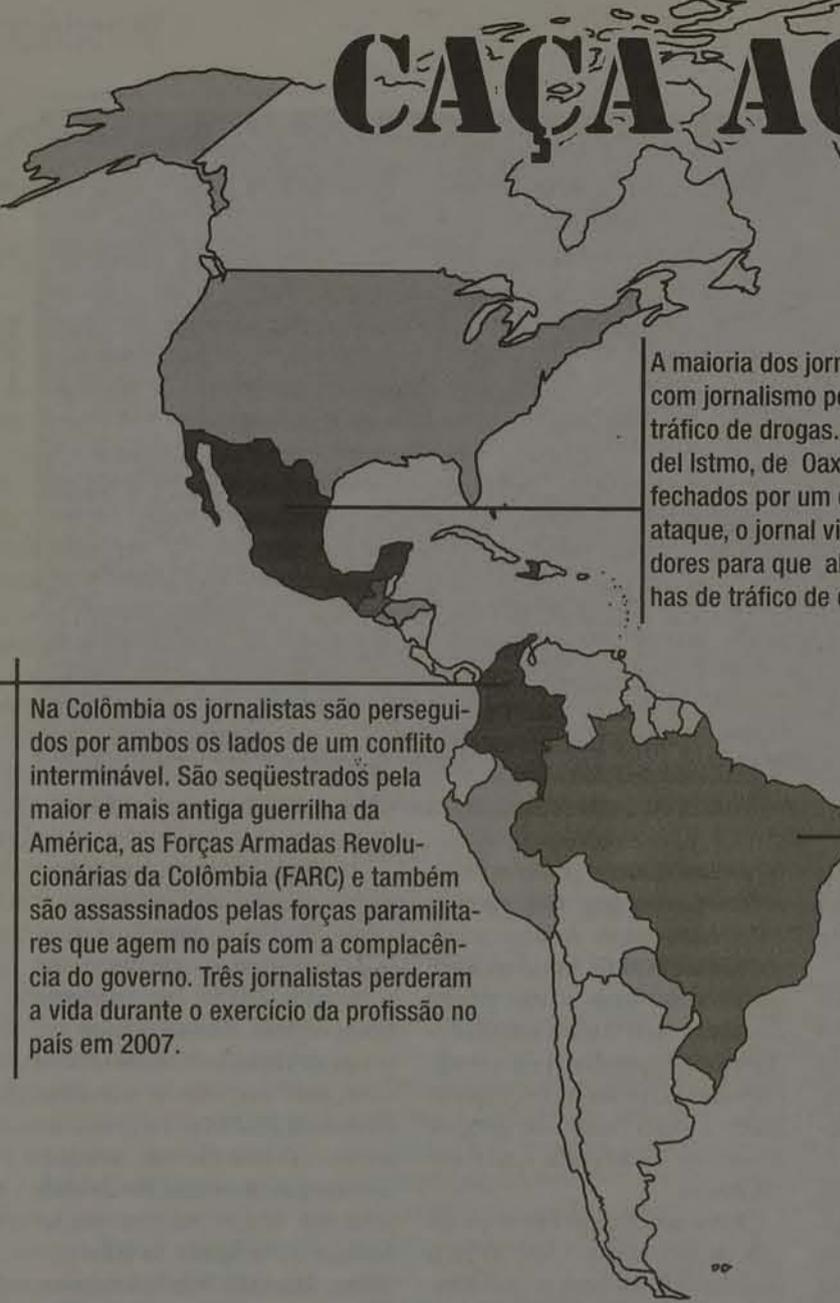
A China é o país com o maior número de jornalistas presos no mundo, 31 casos. A condição de repórteres e autores de internet (blogs e sites) – todos aqueles que criticam o governo chinês em seus vários níveis, lançam investigações sobre os acontecimentos mais importantes e assumem o papel de reportar

prisão.

Foi essa mesma sentença que Gao Yu, uma das jornalistas chinesas mais famosas, recebeu em novembro de 1994, mas por "fornecer informações sigilosas para instituições de fora das fronteiras do país". Informações que já haviam sido publicadas antes das matérias da repórter por outros jornais que não sofreram quaisquer represálias. Ela explica que a "China não tem nenhum espaço para o jornalismo independente (que não é feito pelo Partido Comunista), oficialmente ainda é proibido até que sites publiquem notícias. A imprensa independente é capaz apenas de produzir coberturas limitadas".

Tentativas de cerceamento à liberdade de imprensa aparecem em todo o mundo. Na investigação sobre a compra

CAÇA AOS JORNALISTAS



A maioria dos jornalistas mortos no México trabalhavam com jornalismo policial cobrindo o crime organizado e o tráfico de drogas. Três funcionários do diário El Imparcial del Istmo, de Oaxaca, que estavam em um caminhão foram fechados por um carro e baleados. Desde um mês antes do ataque, o jornal vinha recebendo cartas e e-mails ameaçadores para que abrandasse o tom na cobertura das quadrilhas de tráfico de drogas da região.

Na Colômbia os jornalistas são perseguidos por ambos os lados de um conflito interminável. São seqüestrados pela maior e mais antiga guerrilha da América, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e também são assassinados pelas forças paramilitares que agem no país com a complacência do governo. Três jornalistas perderam a vida durante o exercício da profissão no país em 2007.

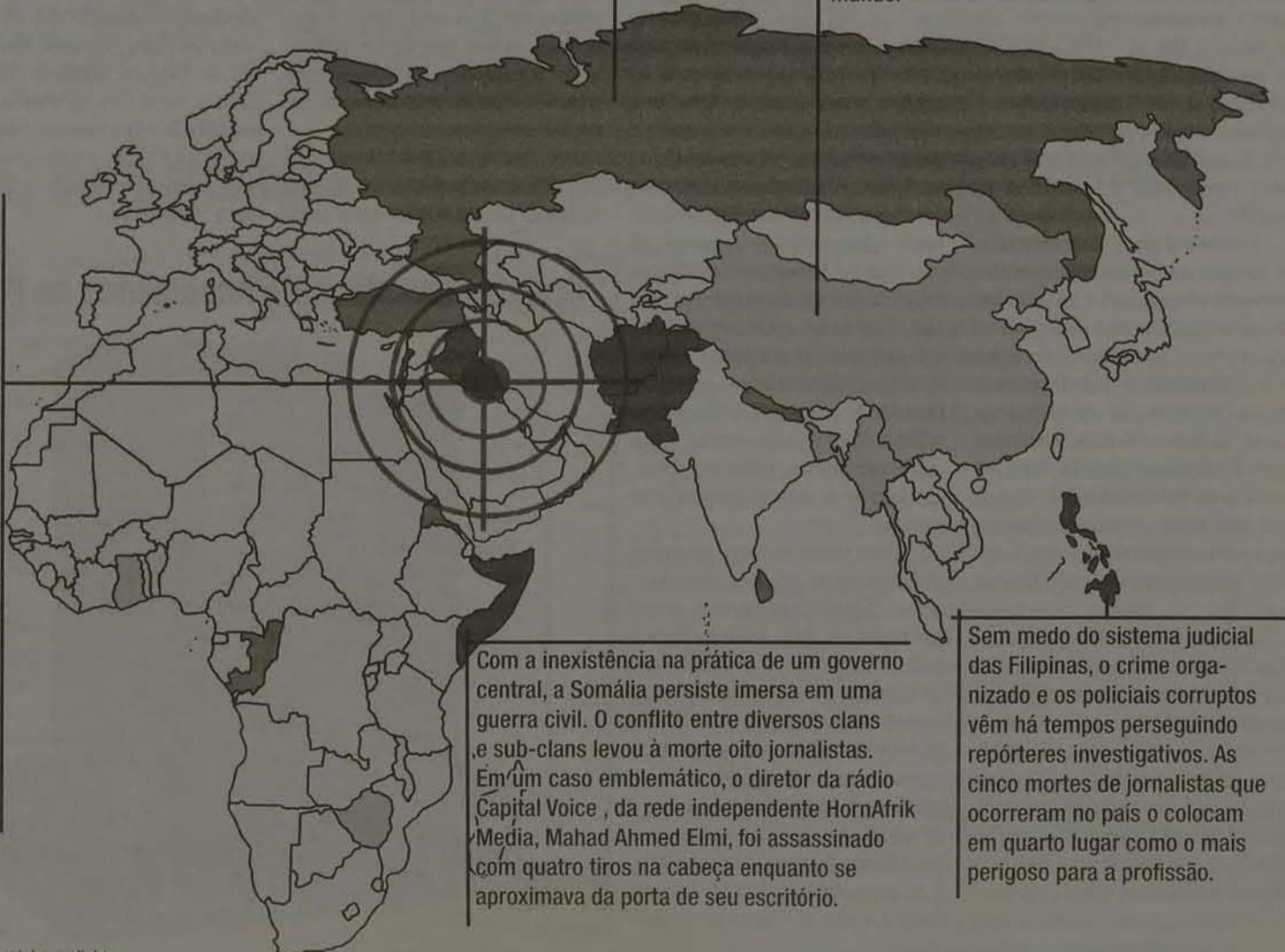
Dois jornalistas morreram no Brasil: Robson Barbosa Bezerra, fotógrafo freelance e Luiz Carlos Barbon Filho, repórter. Barbon foi assassinado por dois indivíduos encapuzados que o abordaram em uma motocicleta durante a manhã. Ele estava no terraço de um bar em Porto Ferreira. Em 2003, o repórter investigativo noticiou a existência de uma rede de prostituição infantil na região, o que levou à prisão de quatro empresários e cinco políticos. Apenas uma pessoa continua presa.

Cento e cinco jornalistas e outros trabalhadores da mídia foram mortos até agora durante esse ano. No ano passado, o ano mais letal para jornalistas já registrado, foram 110. O oriente médio continua sendo o local de trabalho mais perigoso para jornalistas, mas as mortes ocorreram em 28 países de todos os continentes. Para comparação, foram 58 mortes em 2005 e 72 em 2004. Em 1997, ocorreram 26 mortes de jornalistas no mundo, número menor que o de jornalistas assassinados somente no Iraque em 2007. No mapa, os países em cinza escuro são os que tiveram 3 ou mais jornalistas mortos. Em cinza, os países com 2 mortos, e em cinza claro os países com um jornalista morto.

A Rússia é um país tradicionalmente perigoso para os jornalistas. Em 2007, dois jornalistas morreram: Vyacheslav Ifanov, cameraman e Ivan Safronov, correspondente de assuntos militares. Safronov já havia sido interrogado diversas vezes pelo Federal Security Service, agência de inteligência do país, por ter revelado em seus artigos segredos de estado. Um deles era sobre a venda de armamentos para a Síria e para o Irã.

Na China, um jornalista morreu após ser espancado dentro de uma mina de carvão por um grupo de homens não identificados. Lan Chengzhang era repórter do China Trade News mas não possuía licença para ser jornalista. Recentemente, a cidade de Datong iniciou uma campanha para erradicar o "falso jornalismo". Além disso, 31 jornalistas estavam presos no país em 2006. É o maior número em todo o mundo.

O Oriente Médio concentra 56% das mortes de jornalistas ocorridas no mundo em 2007. Pelo quinto ano consecutivo, o Iraque é o lugar mais letal do mundo para jornalistas. As mortes deste ano elevam para 124 o número de jornalistas que morreram no Iraque desde a invasão liderada pelos Estados Unidos em março de 2003. Também, 49 assessores – intérpretes, motoristas e funcionários de escritório – foram mortos desde o princípio da guerra. Em 2006, somente quatro jornalistas morreram como consequência de fogo cruzado ou atos de guerra, indica a análise do CPJ. Os outros 38 foram assassinados, e quase metade havia sido previamente ameaçada. O Paquistão ficou em um mórbido terceiro lugar com 7 jornalistas mortos. Quase todos mortos em ataques a bomba.



Com a inexistência na prática de um governo central, a Somália persiste imersa em uma guerra civil. O conflito entre diversos clans e sub-clans levou à morte oito jornalistas. Em um caso emblemático, o diretor da rádio Capital Voice, da rede independente HornAfrik Media, Mahad Ahmed Elmi, foi assassinado com quatro tiros na cabeça enquanto se aproximava da porta de seu escritório.

Sem medo do sistema judicial das Filipinas, o crime organizado e os policiais corruptos vêm há tempos perseguindo repórteres investigativos. As cinco mortes de jornalistas que ocorreram no país o colocam em quarto lugar como o mais perigoso para a profissão.

Welcome to Floripa

Supervalorização imobiliária na Capital atrai investimentos internacionais e proporciona lucro para muita gente

Primeiro vieram os portugueses. Ávidos pela expansão dos negócios em novas terras, atravessaram mares até descobrirem na capital catarinense o local perfeito para a empreitada que tinham em mente. Assim, em julho de 2007, tornou-se oficial a intenção do grupo lusitano World Marina's Development (WMD) de investir US\$ 120 milhões para a construção do Floripa Marina Resort — o maior aporte de recursos estrangeiros a lançar âncora em Florianópolis. Um mês mais tarde, era a vez do cineasta americano Francis Ford Coppola colocar o mercado imobiliário local sob os holofotes quando, em uma súbita aparição na ilha, foi visto fazendo reconhecimento de um terreno onde pretende construir um EcoResort.

Que Florianópolis tem vocação para o turismo não é novidade. O número de visitantes quebra recordes todos os anos e a expectativa do setor turístico para o próximo verão é tão grande que já se anunciam colapsos de energia elétrica para a temporada. Segundo a Santur, só nos dois primeiros meses de 2007 a ilha recebeu o espantoso número de 780 mil turistas — 32,5% a mais do que no ano anterior. Para o verão 2008, são esperados outros 800 mil.

Nos dois últimos anos, o número de estrangeiros que passaram por Florianópolis cresceu 42% e, ao contrário do que se pensa, nem só de argentinos vive o turismo gringo da cidade. Só na última temporada, o Trade Turístico de Florianópolis estimou em 100% o aumento do número de turistas europeus em relação ao ano anterior. Uma enxurrada de nacionalidades e idiomas que, sem avisar, chegou para disputar espaço com o portunhol — língua forasteira soberana nos verões da ilha até então.

Segundo a Polícia Federal, existem hoje 8639 estrangeiros vivendo em Florianópolis. A maioria deles acredita-se, produto residual do próspero turismo estrangeiro na ilha. São em grande parte norte-americanos e europeus que, depois de passarem uma temporada na cidade, escolheram viver em Florianópolis pelo resto de seus dias. Para alguns nativos, esses novos moradores trazem um toque cosmopolita à cidade

e a inclusão da remota ilha a um panorama de mundo globalizado. Para outros, além do discurso diplomático de boas-vindas, a chegada dos imigrantes parece ter outro significado: ótimas oportunidades de negócio.

Flávio Vidigal é carioca, tem 47 anos e vive em Florianópolis há mais de 25. Passou grande parte deles trabalhando como fotógrafo de surf, profissão que lhe garantiu por bastante tempo o sustento, a pele bronzeada o ano todo e simpáticos cumprimentos por onde passa, na Lagoa da Conceição — bairro em que mora com a mulher e os dois filhos. Diz que sente saudade dos tempos em que a ilha era um lugar tranquilo, quando os poucos postes de luz da Lagoa não ofuscavam o brilho da Lua e o carro podia dormir de janela aberta, ali, no meio da rua. Flávio exibe no currículo a participação

em documentários como cinegrafista e diretor, mas foi como fotógrafo que pôde viajar o mundo, clicando surfistas parafinados na busca das melhores ondas.

Numa dessas viagens ao exterior, o fotógrafo fez amizade com o havaiano Mike. Anos mais tarde, em visita a Florianópolis e encantado com as belezas do lugar, o amigo gringo pediu ajuda a Flávio para fixar residência na ilha. Foi como um estalo; a intermediação da compra de uma casa em dólares abriu os olhos do fotógrafo para um novo nicho de mercado. “Não tenho instinto de vendedor, mas também não sou trouxa”, conta. De lá para cá, Flávio tirou o registro do Conselho Regional de Corretores Imobiliários (CRECI-SC) e, procurado por outros estrangeiros, participou da negociação de dezenas de imóveis como corretor.

Com o passar do tempo, Flávio especializou-se na clientela norte-americana. Seu sítio na Internet, inteiro em inglês, dá dicas sobre os lugares mais *hot* de Floripa. É lá também que ele anuncia (com preço em dólares) imóveis à venda em diversas praias da ilha. Flávio diz que entende bem “como pensa” sua freguesia e sabe o que fazer para satisfazê-los. Reclama da astúcia dos donos de imóveis que, quando perceberam o interesse estrangeiro no mercado, colocaram propriedades à venda com “preço pra gringo”



Depois de uma temporada, alguns estrangeiros escolhem Florianópolis para morar, impulsionando o mercado imobiliário

e quase arruinaram seu negócio. “Da noite pro dia, o que custava R\$100 mil passou a custar R\$1 milhão”, lembra. “Aí fica difícil vender”.

Resultado decorrente de fatores complexos, a supervalorização dos imóveis em Florianópolis e arredores nos últimos cinco anos acabou chamando a atenção de muita gente interessada em tirar uma casquinha do promissor mercado imobiliário local. O anúncio de investimentos estrangeiros com o calibre do Floripa Marina Resort e a visita a negócios de Coppola em setembro foi para muitos a prova de que o aguardado boom imobiliário da ilha toma forma rapidamente.

O aumento do interesse de estrangeiros nas propriedades do litoral catarinense e na Ilha de Santa Catarina em especial tornou-se tão evidente que não tardou muito até que os próprios estrangeiros se dessem conta de que, se eram mesmo bem-vindos, podiam também participar da farra, levando pequenas fatias do grande bolo de negociações.

Os anos à frente de altos cargos em empresas europeias trouxeram confiança para a decisão que o sueco

Bo Andersson estava prestes a tomar. Andersson vivia uma vida tranquila como representante de uma grande companhia têxtil da Suécia no Brasil quando se viu diante de uma galinha dos ovos de ouro. O sueco arregalou os olhos azuis ao perceber — lendo complicados jornais escritos em língua portuguesa — a brusca elevação dos preços de imóveis em Florianópolis e no litoral catarinense.

Entre um emprego estável e o desafio de encontrar um filão no surto imobiliário já em curso no país estrangeiro, Andersson não teve dúvidas. Há dois anos, lançou-se no mercado como consultor de investidores estrangeiros no litoral catarinense. Do mundo corporativo, ele trouxe valiosas lições de *approach* e *marketing* pessoal.

Para um encontro com um cliente australiano que acabara de chegar a Florianópolis naquele dia, Andersson vestia um bonê, camiseta com motivos de aventura, bermuda curta que deixava ver as canelas brancas e uma sandália de couro marrom. “Me fantasiar de australiano e tudo correu bem. Meu cliente estava vestido igualzinho a mim”, comemorou.

Desde que entrou no ramo, Andersson diz que não teve mais sossego. O celular não pára de tocar. No currículo do novo emprego estão caronas até o Aeroporto Hercílio Luz, momentos tensos no feróz combate a preços pra gringo até a redação de artigos em bom sueco, onde versa sobre as maravilhas do mercado imobiliário local. Confiante como todo bom executivo, Andersson acredita que tem maior credibilidade junto aos clientes europeus por ser também um imigrante do velho continente. Já contato com os brasileiros, Andersson mantém na prática somente com a esposa e os dois filhos nascidos aqui. “Uma pena que eles ainda não falem sueco”, lamenta.

Mas não é só pelas mãos de novatos e aventureiros que acontecem as transações entre estrangeiros e ilhéus. As imobiliárias, macacos velhos do setor, parecem ter percebido o potencial dos novos negócios e também querem parte desse filão. Não são poucas que procuram se adaptar aos novos clientes, capacitando seus corpos profissionais com aulas de língua estrangeira e noções de boas maneiras reconhecidas universalmente. Para o diretor do Sindicato da Habitação (Sindimóveis-SC), Gilberto Guerreiro, dado o evidente aumento do interesse de estrangeiros no mercado imobiliário local, “é natural que as imobiliárias procurem oferecer serviços também em línguas universais, como o inglês”.

Na imobiliária do Sr. Wander Volpini, a procura de estrangeiros por imóveis na região de Florianópolis e no litoral catarinense cresceu tanto nos últimos três anos que foi difícil conter a empolgação. Volpini estima que atualmente cerca de 30% do total de consultas feitas pela Web sejam solicitações vindas do exterior. Não contente em ter no ar uma versão do seu sítio em inglês, Volpini e equipe investiram na tradução do portal para outros oito idiomas. Um agrado para russos, gregos e japoneses: “Com bom atendimento os estrangeiros podem fazer pesquisas antecipadas e assim programar uma visita”, acredita.

Por André Faust

Grandes investimento imobiliários na Ilha



ZERO

DEZEMBRO 2007

Tour para estrangeiros pago pelo Estado

Hotéis cinco estrelas e passeios de barco fazem parte das excursões oferecidas aos divulgadores turísticos

Manhã de uma quinta-feira de outubro, o termômetro marca 30° C em frente ao Mercado Público de Florianópolis. Um pouco confusos minutos antes do caos do meio-dia no centro da cidade, um grupo de italianos caminha despretensiosamente pelos boxes do Mercado, parando aqui e ali, sempre que alguém resolve comprar alguma miudeza. Eles são acompanhados de perto por Sílvia Westphal, brasileira e responsável pela segurança e o bem-estar do grupo, já que esses não são turistas comuns.

Tratava-se de um FAM Tour, uma modalidade peculiar de excursão turística organizada para receber jornalistas e representantes de agências e operadoras de turismo. É preciso causar boa impressão: uma visita como essa pode colocar a cidade no case de uma operadora ou dar origem a uma matéria num jornal de grande circulação no exterior. Mesmo ciente da responsabilidade de conduzir um grupo como esse, Sílvia estava tranquila e parecia saber exatamente o que fazer. Esse era o 24º FAM Tour organizado pela Santur — Órgão Oficial de Turismo de Santa Catarina — que Sílvia participava só em 2007.

Os FAM Tours — abreviação para “Tours de Familiarização” — são uma prática comum entre os grandes players do Turismo. Eles fazem a ponte entre operadoras e agências à procura de novos destinos e lugares pouco explorados pelo turismo mas com muita vontade de aparecer no mapa. Visto por esse lado, os FAM Tours são uma chance que os anfitriões têm de provar que merecem atenção do mercado.

Sem infra-estrutura, sossego na capital depende de cidades vizinhas

Florianópolis está longe de ser a capital da qualidade de vida. A cidade cresce de forma desordenada e acelerada, sem infra-estrutura e saneamento adequados. Em 60% das construções não há tratamento de esgoto, e muitos efluentes são despejados nos córregos. Na Ilha se produz cerca de 400 toneladas de lixo ao dia e menos de 5% disso é reciclado. O lixo e o esgoto recolhidos pela Companhia de Saneamento da Capital são transportados para outro município; a água tratada que abastece a cidade também vem de fora. Nos balneários, a população ainda se abastece de águas subterrâneas, que podem estar contaminadas. No trânsito, os engarrafamentos são frequentes. Todos esses problemas pioram no verão, quando os nativos podem ficar sem água, eletricidade e sossego.

Um Plano Diretor Participativo (PDP) para o município está em discussão desde agosto de 2006. O PDP é a

Ermanno Ferriani era o único jornalista do grupo que esteve em Florianópolis. É natural de Verona, cidade no pé dos Alpes italianos que há séculos trava uma disputa com Siena acerca da ambientação da trama de Romeu e Julieta, de William Shakespeare. Na profissão há mais de 30 anos, Ermanno especializou-se em cadernos de turismo e hoje escreve para diversas publicações italianas como freelancer.

“Santa Catarina tem um dos litorais mais belos que já conheci”

Ermano Ferriani, jornalista italiano

Ermanno disse ter se impressionado com a qualidade dos serviços e a infra-estrutura da capital. Um pouco contrariado, ele confessou que em Florianópolis, o grupo ficou hospedado apenas em hotéis cinco estrelas. As regalias da excursão incluíam ainda refeições em renomados restaurantes e motoristas disponíveis 24h por dia. Tudo por conta dos anfitriões.

Desde 2003, o governo do Estado de Santa Catarina investe pesado na organização de FAM Tours. Nos últimos quatro anos foram mais de 50, segundo estimativa da Santur. Todas com o objetivo de “encontrar o turista com o perfil certo para Santa Catarina”, nas palavras do presidente Valdir Walendowsky. Da hospedagem às re-

feições, tudo é planejado com antecedência. Os hotéis e restaurantes parceiros, mesmo sem receber um tostão, atendem com entusiasmo os numerosos grupos de estrangeiros. “Eles não pensam duas vezes”, conta Sílvia.

O programa de atividades costuma ser bastante variado, para que a combinação sol-areia-mar não canse os convidados. Dentro de uma van exclusiva ou de um barco, os participantes do tour são levados a cômodos passeios de Norte a Sul da Ilha. Paisagens da região serrana também são incluídas no roteiro, na esperança de dar um toque eclético às possibilidades de turismo no estado.

Entre as atividades especiais merece destaque o sucesso de público “Um dia de pescador”, onde os visitantes são convidados a passar um dia em companhia dos pescadores. Sílvia conta que a rotina de pescar, limpar, cozinhar e comer os peixes fígados pelos próprios participantes costuma emocioná-los. Já nas ocasiões em que o tempo é curto ou quando há alguma figura ilustre entre os participantes do FAM Tour, a organização lança mão do elemento surpresa e leva os convidados para uma voltinha de helicóptero, emprestado do governo do Estado. “Alguns ficam com medo, mas geralmente é uma surpresa boa para todos”, conta Sílvia.

Depois de vários comentários elogiosos sobre o que viu durante a viagem, o jornalista Ermanno terminou a conversa com uma frase de efeito. “Santa Catarina tem um dos litorais mais belos que já conheci”, disse. Ele elogiou a beleza dos mares catarinenses mas fez ressalvas ao tamanho das



A atenção do jornalista Ermanno Ferriani pode atrair ainda mais turistas a SC

ondas nas praias, que talvez sejam grandes demais para o perfil de turistas que as operadoras italianas prevêm para o litoral catarinense: velhinhos aposentados em busca de tranquilidade à beira-mar. Longe do turismo de massa, Ermanno acha que o grande potencial de Florianópolis está em trazer turistas com maior poder aquisitivo.

O governo do Estado parece seguir à risca a sugestão e não mede esforços na tentativa de atrair os turistas mais abonados. A instalação de uma poita e de um trapiche flutuante na Baía de Canasvieiras no verão passado tornou possível a atracação de grandes embarcações e colocou a ilha no roteiro

dos cruzeiros internacionais. A estratégia parece ter funcionado: a vinda dos cruzeiros inflou o gasto médio diário dos turistas estrangeiros, que passou de US\$ 22,27 para US\$ 39,17 em apenas um ano.

Uma semana após a partida dos italianos, a organização do FAM Tour recebeu uma simpática carta de agradecimento do grupo, assim resumida pelos organizadores: “Eles garantem que estarão trabalhando com muita energia para que este esforço se transforme, o mais rápido possível, em reservas de grupos de turistas italianos ansiosos e curiosos para conhecer a bela Santa Catarina”.

Por André Faust

oportunidade para os moradores decidirem o que desejam para sua cidade, norteando e delimitando as ações da prefeitura. Ele está sendo gerado de acordo com as diretrizes do Estatuto da Cidade, criado pela Lei Federal 10.257, de 2001. Seu Núcleo Gestor é composto por 11 representantes do poder público, 15 representantes

Plano teve destaque em edição do Zero

O Plano Diretor de Florianópolis vigente hoje foi aprovado pela Câmara Municipal em 1997. O tema foi capa da edição de dezembro de 1999. A polêmica perpassava duas questões: a liberação para prédios de até 18 andares nos bairros



da sociedade civil (incluindo UFSC e UDESC), e 13 representantes distritais.

Os representantes distritais discutem os interesses das comunidades organizadas nos diversos bairros. Alguns bairros como o Campeche e Rio Vermelho já definiram seus objetivos, e outros, como o Estreito, ainda não concluíram seus projetos. A presidente

da União Florianopolitana de Entidades Comunitárias (UFECO), Ângela Iuati, se preocupa com o descompasso das discussões. Há bairros onde os moradores sequer entraram no debate, como o Centro e a Trindade, embora os problemas dessas regiões, como a especulação imobiliária, a falta de saneamento, o trânsito caótico e a problemática da Penitenciária, estejam sendo discutidos no âmbito da Bacia do Itacorubi e da UFSC.

Na formulação dos projetos, no entanto, os interesses podem ser conflitantes: enquanto moradores de alguns bairros querem um freio para a especulação imobiliária, o Sindicato das Indústrias da Construção integra o Núcleo Gestor do PDP, como representante da sociedade civil.

Alguns distritos planejam demitir e preservar as áreas naturais remanescentes, enquanto mais de 60 comunidades de baixa renda vivem

em áreas de preservação, de risco ou impróprias para moradia e lutam pela sua regularização fundiária. “Essas áreas são carentes porque a prefeitura não fornece os benefícios de infraestrutura e saneamento, mas cobra o IPTU dos moradores”, diz a vice-presidente da Ufeco, Albertina de Souza.

O Estatuto da Cidade considera que todos os cidadãos têm direito a cidades sustentáveis, o que inclui “o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações”. O PDP é a oportunidade para a participação democrática na formulação, execução e acompanhamento dos projetos de zoneamento e políticas públicas de saneamento, transporte, energia, saúde, educação e proteção ambiental para o município.

Por Vera Flesch

Cidade real quer direitos de cidade legal

Após anos de ocupação desordenada na Capital, moradores discutem soluções para regularizar seus terrenos

Maria Juçara dos Santos se debruça na janela, todas as noites, para observar o brilho das luzes na bacia do Itacorubi. Nessas horas ela se esquece do esforço diário de descer o morro, pela manhã, e subi-lo novamente à noite para chegar em sua casa, no Alto Pantanal. "Pior quando tenho de trazer sacolas de compras ou um saco de ração pro cachorro." Juçara veio de Juazeiro (BA), há 16 anos, e depois de um ano, buscou sua mãe e seus três filhos. De tempos em tempos chegam mais primos e primas e a família vai se instalando em lotes próximos. Juçara comprou o seu por R\$ 200,00, quando chegou. Agora comprou mais um, pelo valor de R\$ 5 mil, que paga em prestações. Ela guarda todos os recibos para provar o direito sobre o lote, porém ela mora em uma área de preservação e por isso a posse do terreno ainda não está garantida.

Juçara está satisfeita com a vida em Florianópolis. Só reclama da "barulheira de umas aves grandes que gritam muito, de manhazinha. Mas à noite, isto aqui é muito lindo", diz, sorridente. É possível imaginar. Olhando para baixo, em primeiro plano avista-se a área urbanizada dos bairros Pantanal e Córrego Grande, e o campus da UFSC. Ao fundo, os grandes condomínios do bairro da Trindade parecem subir o Maciço do Morro da Cruz e contrastam com as casas menores da Serrinha, à esquerda, um bairro que se espalha pelo morro quase até o topo. Bem à direita, o shopping se sobressai entre o bairro Santa Mônica e o manguezal que ainda resta. No fim do mangue, o mar reflete a luz do sol e toca a linha do horizonte.

Enquanto alguns moradores descansam apreciando a paisagem, no feriado da Proclamação da República, outros aproveitam para ampliar a área construída ou iniciar nova construção. A rua estreita e cheia de curvas, com sulcos, buracos e pedras, impede que os caminhões com o material cheguem até lá no alto. Pequenas valetas cruzam a rua para canalizar a água que brota de todos os cantos, e água de chuva se mistura

com águas servidas.

A água usada para o banho e na cozinha vem de cachoeiras, canalizada em mangueiras que sobem e descem pelos barrancos e algumas mangueiras furadas esguicham o desperdício. Em dias de muita chuva, a rua vira cascata. O córrego que vai se formando com essa mistura desce o morro, cruza a rua do Pantanal tubulada, atravessa o campus da UFSC e desemboca no mangue, levando consigo outros resíduos que encontra pelo caminho.

Onde mora o perigo - No Alto Pantanal moram pelo menos 350 pessoas, que vieram do interior catarinense e de outros estados, em busca de melhor qualidade de vida, revela Renato Vieira Ortiz, presidente da Associação dos Moradores do Alto Pantanal (AMAP). O pedreiro João Francisco da Silva, por exemplo, veio de Medianeira (PR), há 12 anos, onde recebia no máximo R\$ 30,00 por dia de trabalho. Aqui ele diz que recebe de R\$ 60,00 a R\$ 70,00, e não lhe falta trabalho.

Os migrantes vão ocupando pequenos lotes, sem se aglomerar e sem provocar grandes desmatamentos, ao longo da sinuosa estrada que termina na altura do eixo das torres de alta tensão. Eles constroem pequenas casas, com uma "casinha" externa

que serve de banheiro e nem todos instalam fossa séptica. Alguns moram em áreas de risco pelo alto grau de declividade dos terrenos, ou pelo perigo de desmoronamento de pedras. Outros construíram dentro do limite proibido de 25 metros da torre de alta tensão, ignorando o aviso de perigo na placa erguida pela Celesc.

Ali perto, num terreno plano, um grupo de garotos usa longas cordas para brincar de laçar o boi imaginário. O boi verdadeiro é solto no man-



Algumas construções estão dentro do limite proibido de 25 metros da torre de alta tensão, ignorando o aviso de perigo

gueirão, em dias de festa. "O mangueirão é o pedaço de mata cercada para brincar com o boi", explica Renato Ortiz. Renato gostaria que esse local fosse transformado em área verde de lazer (AVL) ou área comunitária institucional (ACI), para poder construir ali o Centro Comunitário, "um centro de tradição e cultura", diz. E enfatiza: "vamos preservar a mata nativa, mas também queremos autorização para continuar brincando com o boi". Renato é gaúcho de Santana do Livramento, mora no Alto Pantanal há 12 anos e já foi funcionário da Editora da UFSC.

O presidente da associação percebe que qualquer reivindicação por melhorias necessita da intermediação de políticos. Como as máquinas e a brita que a prefeitura enviou dois dias antes do feriado para aplainar e alargar os primeiros 200 metros da estrada, um projeto de autoria do vereador Gean Loureiro. O trecho deve ser calçado em janeiro e os moradores estão animados: "agora o ônibus vai poder subir e o caminhão do lixo também", dizem. Assim como os bombeiros e a

ambulância. "Já teve óbito no morro porque os Bombeiros e o SAMU não conseguiram subir para levar o doente pro hospital, e ele acabou morrendo", diz Renato.

A polícia já sobe com alguma frequência, o que deixa a alguns mais tranquilos e a outros, nem tanto. "Isso aqui já foi muito perigoso", diz uma mulher que mora no início da rua, "mas agora está ficando melhor. Mesmo assim, você não deve subir o morro sozinha", aconselha. Os moradores contam que já houve conflitos com mortes, porém os traficantes que moravam no morro foram presos.

Banco da terra A prefeitura não toma conhecimento das necessidades de infra-estrutura e equipamentos para a comunidade, mesmo assim cadastra os moradores para cobrar deles o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Isso lhes garante somente o acesso à energia. Agora, a Lei Federal nº 10.257, que obriga os municípios com mais de 20 mil ha-

bitantes a traçarem um Plano Diretor Participativo (PDP), é uma oportunidade para os moradores reivindicarem pela regularização fundiária.

Na primeira semana de novembro, eles se reuniram no Centro Comunitário do Pantanal (CCPan), para discutir o tema do "uso e ocupação do solo". Albertina de Souza, que mora no bairro e é vice-presidente da União Florianopolitana de Entidades Comunitárias (UFECO), liderou a reunião e buscou o reforço do ex-presidente da entidade, Modesto Azevedo, para orientar as ações.

"É necessário regularizar a situação de vocês", disse ele aos moradores do Alto Pantanal, depois de explicar a dinâmica do PDP. "Para isso vocês agora precisam seguir dois passos. O primeiro é delimitar toda a área que desejam regularizar. O segundo, entrar com um processo de regularização fundiária. Além do mais, temos que prever uma área livre para futuros moradores. Afinal, ninguém pode fechar a ponte de acesso à Ilha e dizer 'aqui ninguém entra mais'. Temos que prever uma área de habitações para gente pobre, o chamado Banco da terra", sugeriu.

Segundo a última estimativa feita pelo IBGE, com data de referência em 1º de abril de 2007 e divulgada em 14 de novembro, a população de Florianópolis aumentou em 16% nos últimos sete anos, apresentando o quinto maior índice de crescimento do estado. O IBGE não realizou um recenseamento, mas estimou a população do município em 396 mil habitantes. A prefeitura já cadastrou mais de 60 comunidades que se formaram em áreas não autorizadas. "Mas existem muitas mais", diz Albertina. "Por serem irregulares, elas não podem receber infra-estrutura, saneamento e outros serviços públicos", explica, "embora cada casinha construída pague o seu IPTU".

As discussões do Plano Diretor Participativo, que devem se encerrar

"Afinal, ninguém pode fechar a ponte e dizer 'aqui ninguém entra mais'"

Modesto Azevedo, ex-presidente da Ufecó

em junho de 2008, mobilizam essas comunidades, que percebem a oportunidade de terem seus problemas resolvidos. A comunidade do Alto Pantanal continuará se reunindo todas as segundas e quintas-feiras à noite, no CCPan, para aprender mais, consultar mapas e planejar. Como afirma Azevedo: "vamos colocar a cidade real dentro da cidade legal".

Por Vera Maria Flesch



Rua aplainada vai permitir acesso de ônibus e caminhão do lixo ao morro

Quem vai pular da Plataforma?

Método de avaliação quantitativa dos currículos de pesquisadores pelo CNPq incha a produção acadêmica

É quase consenso entre pesquisadores: a forma de avaliação da produção acadêmica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) é quantitativa. Isso significa que a classe é julgada pelo número de publicações registradas em seus Currículos Lattes, não pela qualidade deles. A conta é fácil de se entender: quanto mais um pesquisador produz, mais pontos ganha junto ao CNPq; e quanto maior sua pontuação, mais benefícios pode obter. Assim, tem chances maiores de ser contratado ou premiado por um edital. Também entram aí financiamentos para participações em eventos, bolsas de estudo para especializações, verbas para projetos, entre outros.

No princípio, o CNPq distribuía Bolsas de Produtividade em Pesquisa para professores universitários que faziam mais do que dar aulas. Era um estímulo financeiro para aqueles que desejavam promover projetos em seus campos de atuação. Com o tempo, o sistema cresceu e não deu mais conta de premiar todos os pesquisadores do país. Passou-se, então, a dar prioridade a pessoas que obtinham pontuação maior em seus Lattes. Esta forma de avaliação dá preferência a acadêmicos que produzem mais. É por isso que se pode entender a gincana atrás de publicações que se instalou nas universidades.

Em 2004, a UFSC teve um total de 4918 publicações distribuídas em livros, capítulos de livros e indexados. A maioria – mais de três mil – foi em anais de congresso. Isso resulta uma média de cerca de 13 por dia, ou quatro publicações anuais por professor doutor. Quem mais divulgou seus trabalhos (35%) foi o Centro de Física e Matemática (CFM). O setor tecnológico lançou mais livros: 16. Em 2006, a Federal de Santa Catarina ficou em quarto lugar do Brasil no quesito produtividade, de acordo com o Academic Ranking of World Universities – destinado a avaliar a visibilidade de instituições universitárias de acordo com informações na web.

O Lattes tem a importância de organizar e sistematizar todos os trabalhos de todos os pesquisadores do CNPq. Serve como um guia de busca de teóricos e de suas referências bibliográficas. Também é um meio pelo qual o CNPq e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) verificam o trabalho de seus pesquisadores, já que nele qualquer tipo de produ-

ção pode ser incluída. Mais que isso, o Lattes “se tornou o perfil do acadêmico”, segundo o mestrando em Linguística pela UFSC, Rodrigo Acosta, que também diz que certas pessoas têm estratégias de preenchimento do Lattes. Por exemplo, uma palestra em um evento pode se desdobrar em quatro entradas no currículo: participação em evento, publicação de resumo em anais, apresentação de trabalho e artigo completo publicado em anais. O que também acontece, Acosta explica, é que um mesmo artigo é colocado em várias revistas: “às vezes só o título é diferente”.

“Esse sistema abre a gaiola das loucuras humanas”, diz a professora doutora do Departamento de Física, Maria Luisa Sartorelli, que atua em quatro linhas de pesquisa. Ela conta que a pressão por publicações tem afetado a forma de convívio na academia. As pessoas estão mais neuróticas e, com isso, podem ocorrer divisões entre quem possui Bolsas e quem não as possui. A utilização de equipamentos para projetos também é afetada. Uma situação que Sartorelli aponta como comum é quando um pesquisador coordena um laboratório e cede o uso dos equipamentos para quem dividir a autoria de suas publicações. Outra tática utilizada, segundo Sartorelli, é “não se aventurar em novas pesquisas, pois isso demora até dar resultados”. Como os bolsistas fazem de tudo para não perder sua bolsa, divulgam mais material de trabalhos já realizados, em vez de se envolver em um novo projeto, cuja publicação demoraria mais para ser produzida. Por isso, ainda de acordo com a professora, o sistema tem sido contraproducente.

A postura de avaliar pesquisadores por número de publicações, em vez da importância, relevância ou do pioneirismo de seus trabalhos é criticada também em outras partes do mundo. O pesquisador da área de ciências da computação e professor da Universidade de Limerick, na Irlanda, David Lorge Parnas, cujos

trabalhos impressionam inclusive os adeptos de critérios quantitativos, escreveu um artigo em que criticava a “publicação de mais e mais papers de menor valor científico”. Na edição de novembro do jornal da Association for Computing Machinery (ACM), Parnas enumerou os defeitos desta prática. Entre eles, o fato de encorajar projetos superficiais, uma vez que aqueles que produzem apressadamente pontuam mais que os que estudam cuidadosamente um tema; incentivar a repetição, já que os adeptos do Ctrl C e Ctrl V, seguido de uma leve “disfarçada” no texto, pontuam mais do que quem só escreve quando tem novas idéias para exibir; induz grupos de estudo demasiadamente grandes, pois aqueles que compõem um grupo maior e passam menos tempo com cada aluno assinarão mais papers

do que os que trabalham intensamente com poucos alunos; incentiva estudos pequenos e menos significativos, ao invés de trabalhos de longo prazo; recompensa autores de idéias pouco maduras, no lugar de pessoas que implementam e testam suas idéias. Parnas também cita falhas na escolha dos artigos que são publicados em revistas ou eventos – que deveria filtrar os trabalhos de má qualidade – para esclarecer que a avaliação de um pesquisador não pode considerar apenas a quantidade de publicações.

Lattes? CNPq? O que é isso? Como na maioria dos sites institucionais que pretendem fornecer conteúdo sóbrio, o azul claro é a principal cor com que o usuário que digitar www.lattes.cnpq.br se depara. O site apresenta, de forma direta,

14 links internos, outros seis externos e, como única decoração, uma fotografia de algum pesquisador brasileiro que fez grandes contribuições em sua área. A cada acesso, um rosto envelhecido; pode ser de Carlos Chagas, Milton Santos, Aziz Ab'Sáber e, é claro, César Lattes, homenageado pela plataforma. O curitibano Cesare Mansueto Giulio Lattes, falecido em 2005, se destacou na área da Física, ao co-descobrir uma

“Para publicar mais, pesquisadores não se aventuram em novas pesquisas, que demoram a dar resultado”

Maria Luisa Sartorelli, Depto. Física/UFSC

partícula subatômica denominada méson-pi.

A entidade que mais faz uso do currículo é o CNPq, órgão vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). O conselho foi criado em 1951 com o intuito de capacitar o Brasil a dominar o ciclo atômico, mas suas atividades ampliaram-se com o tempo. Hoje, sua principal função é financiar trabalhos acadêmicos.

A distribuição de bolsas, forma mais comum de incentivo a pesquisadores, contempla desde alunos de ensino médio e de graduação – pelas bolsas de iniciação científica – até candidatos a especializações no Brasil e no exterior. Quem faz parte de qualquer programa de auxílio do CNPq deve ter seu histórico acadêmico em constante atualização no chamado Currículo Lattes.

A Plataforma foi criada para unificar os dados de todas as participantes do CNPq e integrá-los em um sistema de informação. A experiência modernizou o Banco de Currículos, sistema desenvolvido pelo CNPq nos anos 80 que condensava informações acadêmicas de pesquisadores. Na época, eles eram 30 mil. Com a disseminação do uso da internet, o CNPq pôde lançar o Lattes como o único formulário de

currículos utilizado pelo MCT. Pelo novo sistema, inaugurado em agosto de 1999, os dados poderiam ser criados e atualizados on-line ou por meio de um software. Foi um avanço para os pesquisadores que, durante o período da utilização do Banco de Currículos, enviavam disquetes à entidade.

Para a elaboração do Lattes, foram chamados dois grupos universitários que trabalharam em conjunto. Um deles foi o Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife (C.E.S.A.R.), da Universidade Federal de Pernambuco. O outro é o Grupo Stela, da UFSC, formado em 1995 no Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Além de projetos acadêmicos, desenvolveu, até 2005, tecnologias nas áreas de sistemas de informação, inteligência aplicada e engenharia e gestão do conhecimento.

Desde sua aparição, o Currículo Lattes foi aumentando seu alcance. Hoje, é utilizado por universidades, institutos, centros de pesquisa e fundações de amparo a pesquisas. Ele serve como forma de avaliação de pesquisadores. Em 2002, o CNPq juntou-se ao Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde para criar a ScienTI. A rede visa padronizar as informações acadêmicas dos países englobados. O CNPq já licenciou o Lattes na Colômbia, Equador, Chile, Peru, Argentina – após o desenvolvimento de uma versão em espanhol –, além de Portugal e Moçambique.

No Brasil, a Plataforma Lattes já cadastrou cerca de 800 mil currículos. A maioria deles (38%) é de estudantes de graduação, com cursos completos ou incompletos. Mestres são 18% e doutores 12%. Há oito áreas de conhecimento compreendidas pelo Lattes: Exatas e da Terra, Biológicas, Agrárias, Linguística, Letras e Artes, Engenharias, Saúde, Sociais Aplicadas e Humanas. A maior parte dos doutores se concentra nas Exatas e da Terra (18%). Em último lugar, ficam Linguística, Letras e Artes (5%).

Por Claudia Mussi e Paula Reverbel

Como competir com pesquisadores sérios

Aproveite as brechas da academia para se dar bem - seis sugestões para melhorar sua vida social acadêmica



Combine com seus colegas doutores: “Eu coloco o seu nome na minha pesquisa se você me deixar assinar a sua”.

Após realizar um estudo longo, divida os resultados para soltar vários artigos, cada um contendo a informação mínima que justifique sua publicação.

Depois, publique o trabalho original na forma de uma grande revisão.

Pegue um livro em espanhol. Com certeza você vai conseguir entender. Aí já pode colocar no idiomas: Espanhol - Lê (razoavelmente).

Publique qualquer coisa que saiba que é equivocada, desatualizada ou irrelevante, desde que publique.

Não tenha vergonha de publicar o mesmo trabalho várias vezes, apenas mudando o nome e fazendo algumas outras alterações.

Um outro olhar sobre a loucura

Hospitais psiquiátricos com cara de Centro de Recuperação mudam o perfil do chamado “manicômio”

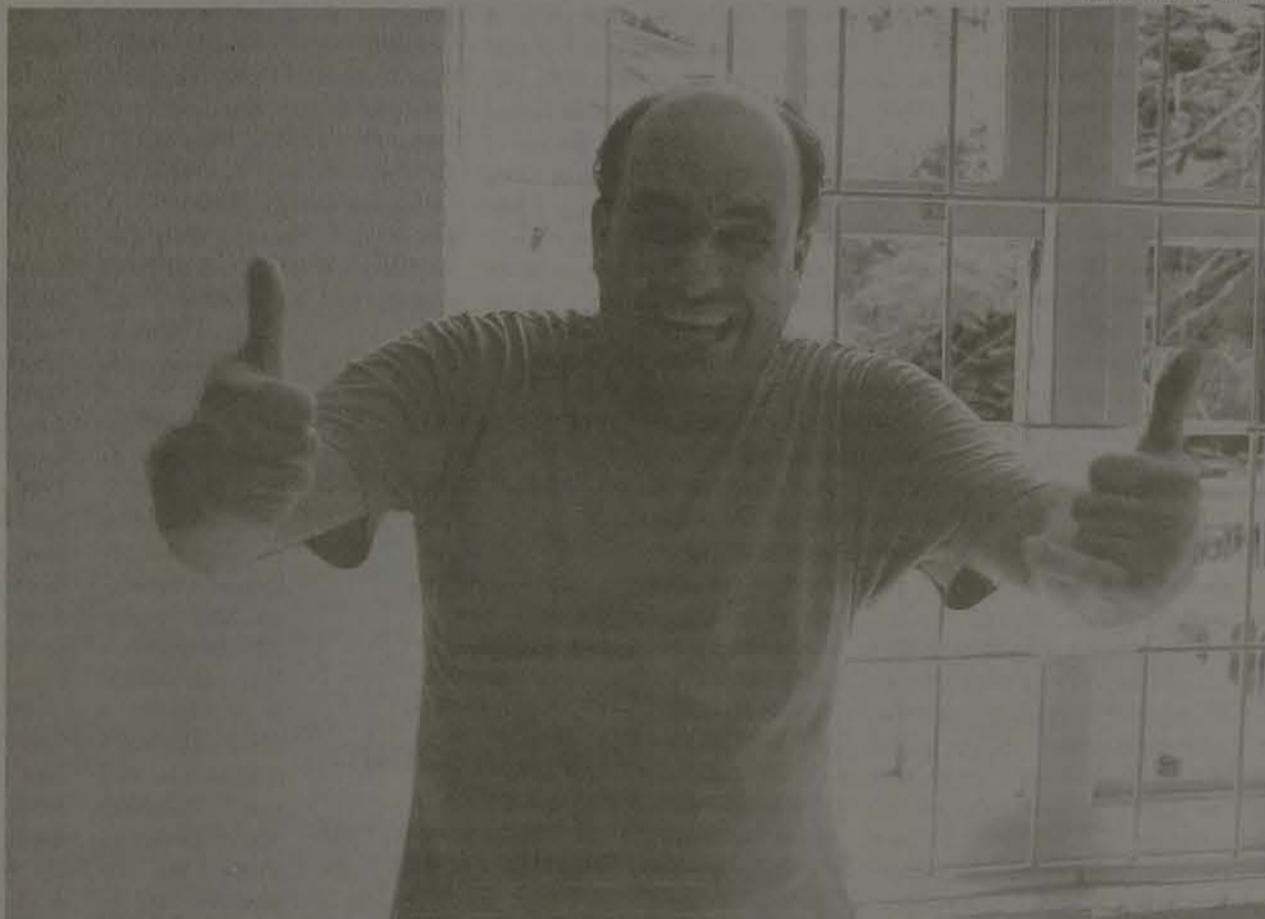
Ao som de pandeiros, chocalhos, tambores e notas do violão, vozes entoam a velha música: “Você é luz, é raio, estrela e luar”. O som vem de uma das salas da casa em tom salmão, rodeada de árvores, localizada em uma passagem que não se distingue entre rua ou calçada. Os motoristas dificilmente notam essa pequena entrada, ao longo da rua Delminda Silveira, no bairro Agrônômica, em Florianópolis, próxima à residência oficial do governador.

A casa também serve de espaço para diversas atividades, como oficinas de teatro, aulas de capoeira, cerâmica e mosaico. Nota-se que não é uma residência qualquer. Neste local, funciona há 11 anos o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), uma unidade de saúde financiada pelo Sistema Único de Saúde (SUS), que atende pessoas com transtornos mentais. Os CAPS são pequenos ambulatorios localizados nos bairros, com uma equipe formada por enfermeiros, psiquiatras, psicólogos e assistentes sociais que oferecem tratamento contínuo e especializado. Os usuários – como são chamadas as pessoas que frequentam os CAPS – passam o dia no local e depois retornam para casa.

A criação dos CAPS faz parte de uma nova política pública para a Saúde Mental, em que são implementadas novas unidades de saúde, as quais substituem os hospitais psiquiátricos no cuidado dos doentes mentais. As unidades são interligadas por uma “Rede de Atenção Psicossocial”. A rede consiste em oferecer residências terapêuticas – casas para pacientes crônicos ou que precisem de atenção 24 horas por dia – centros de convivências e atendimento em postos de saúde e em hospitais gerais.

O marco legal dessa política foi a aprovação da Lei Federal da Reforma Psiquiátrica (Lei 10.216) em 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais e redireciona a assistência em saúde mental, privilegiando o oferecimento de tratamento em serviços de base comunitária. Com a edição da lei, o governo federal iniciou uma substituição progressiva dos leitos em hospitais psiquiátricos pela Rede de Atenção Psicossocial. Na prática, a política retira os internos do confinamento em instituições e os coloca em locais onde podem ter mais autonomia e convívio social, como os CAPS.

Reforma No Estado, esse processo de



André aprendeu a ser “dependente”, mas nesse caso a dependência é positiva, pois significa ter mais contato com amigos e familiares

mudança começou em 2004. O número de leitos em hospitais psiquiátricos diminuiu de 954 para 760, de acordo com dados da Coordenação de Saúde Mental da Secretaria de Estado da Saúde (SES). Uma das instituições que sofreu essa

“A crítica não é só aos hospitais mas também aos médicos. O sujeito é tratado como objeto, como se não fosse capaz de pensar”

Fernanda Nicolazzi - Psicóloga

redução foi o hospital público Colônia Santana, em São José, município localizado a vinte quilômetros da capital. Em 2003, os leitos permanentes no hospital eram 500, número que foi reduzido a 320 em 2005.

O Colônia Santana está localizado numa área isolada, entre algumas casas, postos de gasolina e muitas árvores. Em frente à entrada principal, há um

pequeno chfariz, rodeado de bancos brancos e desbotados. A toda hora, transitam médicos e pacientes curiosos, que cumprimentam e conversam com os visitantes desconhecidos.

Há seis meses, um grupo interno de trabalho foi criado dentro do Instituto de Psiquiatria de Santa Catarina (IPQ), que coordena o Hospital Colônia Santana. A equipe, formada por profissionais das áreas de medicina, psicologia, enfermagem e assistência social, vai analisar cada caso dos 320 internos e decidir quais podem receber alta.

O Hospital Colônia Santana foi o primeiro grande empreendimento destinado a doentes mentais em Santa Catarina, estabelecido no final de 1941. Inaugurado inicialmente com 300 leitos, chegou a comportar mais de dois mil em 1971. Hoje, além dos 320 leitos para pacientes permanentes (ou crônicos), o hospital destina mais 160 para pacientes “agudos”, aqueles internados em momentos de crise e que permanecem no hospital por cerca de três semanas. Os pacientes que moram no hospital dividem pequenas casas com capacidade para cinco pessoas. “Esses pacientes poderiam continuar tratamento fora, do ponto de vista médico, mas não têm para onde voltar, muitos não têm família”, lamenta o psiquiatra Géder Grohs, que trabalha no hospital há mais de dez anos.

Luta Antimanicomial Instituições

como Colônia Santana são alvos de críticas de movimentos que lutam pela Reforma Psiquiátrica, como o Movimento Nacional de Luta Antimanicomial, que reivindica a transformação dos serviços psiquiátricos. As primeiras manifesta-

“Todo repórter gosta muito de contar seus sucessos, eu prefiro contar meus fracassos. Não foram muitos, mas foram terríveis”

Suzana, 29 anos

ções da Luta Antimanicomial ocorreram nos anos 70 e trouxeram à tona questões relativas à exclusão da loucura na sociedade. O Movimento foi consolidado em 1987, data que remete ao II Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental, realizado na cidade de Bauri (SP). Nesse momento definiu-se o lema “por uma sociedade sem manicômios”. O Movimento de

Luta Antimanicomial espalhou-se no Brasil através de núcleos municipais e estaduais. Em Florianópolis, surgiu nos meados dos anos 90.

“A grande crítica do movimento não é somente aos hospitais psiquiátricos, mas ao poder do médico sobre o paciente. O sujeito é tratado como objeto, como se ele não fosse capaz de pensar”, explica a psicóloga Fernanda Nicolazzi, membro do núcleo de Florianópolis. “A partir do momento em que a pessoa é internada no hospital, ela é rotulada. A pessoa passa a se institucionalizar, como se pertencesse àquele ambiente, sente-se diferente de todo mundo”.

A escritora Zeila* tem um filho de 49 anos, portador de esquizofrenia há 30. Durante o percurso da doença, o filho teve que ser internado 12 vezes. Zeila nota que, de certa forma, o filho sentia-se à vontade nos hospitais. “Lá ele tinha liberdade de conversar. Hoje, é difícil ele chegar numa roda de pessoas e falar alguma coisa, ele sabe que fala coisas impróprias mesmo sem querer”.

Zeila e o filho, Nelson*, vivem juntos em Guaratuba, cidade do litoral paranaense. Nelson já foi internado tanto em hospitais públicos quanto em clínicas particulares do Paraná. A necessidade da internação ocorria nos momentos de surto, em que ficava muito violento, como na ocasião em que agrediu um dos seus familiares. “A família não tem como controlar o doente em momentos de surto. Na hora da crise eles não têm discernimento”, diz Zeila.

Os psiquiatras estão autorizados por lei a recomendar internamento compulsório numa unidade psiquiátrica. O psiquiatra Grohs explica que a internação é necessária quando o paciente representa risco físico ou moral para terceiros ou para si próprio. Zeila concorda com o psiquiatra: “Os manicômios não são um sonho dourado, mas às vezes são necessários”. O período máximo que Nelson ficou internado foi de 40 dias. Zeila critica a falta de terapia ocupacional nos locais em que ele esteve. “As pessoas ficam jogadas lá”.

No Hospital Colônia Santana, por outro lado, são realizadas diversas atividades de terapia ocupacional, como as oficinas de corte e costura, voltadas principalmente aos pacientes crônicos. “Os pacientes agudos chegam numa fase muito conturbada, então não têm condições de participar das atividades”, explica Grohs.

Por Ana Carolina Dall'Agnol e Ingrid dos Santos

CAPS pretende reinserir pacientes na sociedade

O psiquiatra Grohs alerta: "É importante educar o paciente e a família em relação à doença, para entender a gravidade do problema, tomar conhecimento dos tratamentos possíveis e poder negociar com o próprio paciente as alternativas para o seu tratamento", diz o psiquiatra. Para ele, o tratamento ideal envolve uso da medicação aliado à terapia ocupacional e às terapias em grupo ou individuais – práticas fundamentais para a ressocialização do paciente.

De acordo com o coordenador do CAPS de Florianópolis, Felipe Brognoli, promover a reinserção na sociedade é o principal objetivo do Centro de Atenção Psicossocial. Ele afirma ainda que a intenção é ampliar a "capacidade de dependência dos usuários", o que pode soar contraditório, até que o conceito seja esclarecido: "Ampliar a dependência significa ter contatos com um maior número de pessoas, além da família".

Aumentar o número de contatos pode parecer uma tarefa impossível para alguém que tem dificuldades até de sair de casa, principalmente sem a companhia de outra pessoa. André

Luiz Sobreira, "carioca da gema" (como ele mesmo se define) de 34 anos, com suas brincadeiras e risadas constantes, não parece alguém que se encaixa nessa situação. André tem síndrome do pânico e não vai nem ao shopping sozinho. Mesmo assim, conquistou sua "dependência". Frequente assíduo do CAPS há 10 anos, "conhece todo mundo aqui", como revela um dos seus colegas.

No momento em que André imita o apresentador Silvio Santos ou a voz rouca do presidente Lula,

sua vocação para representar é logo percebida. O interesse pela música também é evidente: ele sabe o nome de todas as canções da moda e conhece todas as bandas e cantores, desde Skank à Justin Timberlake. Foi atento às suas habilidades que André escolheu participar das oficinas de música, capoeira e teatro.

Dessa forma, dando atenção aos desejos e preferências, os usuários do CAPS escolhem as atividades das quais querem participar. Juntamente com uma equipe multiprofissional

– formada por psicólogos, psiquiatras, enfermeira, socióloga, arte-educadora, assistente social – o usuário elabora o seu Projeto Terapêutico, em que são definidas as oficinas das quais fará parte. O projeto é revisado mensalmente entre técnicos e pacientes, para a análise de resultados e de possíveis mudanças.

O CAPS tem uma média de atendimento de 50 pessoas por dia. Os pacientes em geral são encaminhados de outros serviços de saúde, muitas vezes quando recebem alta das internações.

"Aqui não se faz diagnóstico. Quem entra aqui são as pessoas que apresentam dificuldades permanentes, de ordem psicossocial, e que têm suas vidas prejudicadas por isso", esclarece Brognoli.

Existem cinco categorias diferentes de Centro de Atenção Psicossocial, que

mudam conforme o número de habitantes de cada município e também de acordo com a proposta de tratamento. O CAPS I é para municípios com população entre 20 mil e 70 mil habitantes, o CAPS II é para 70 a 200 mil, já o CAPS III é para cidades com mais de 200 mil habitantes. O CAPS i é destinado para o atendimento de crianças e o CAPS ad para crianças e adolescentes com problemas decorrentes do uso de substâncias psicoativas.

Em Santa Catarina, já foram implantados 55 CAPS. Florianópolis possui três: um CAPS i, um CAPS ad e um CAPS II, apesar de a população da capital ser de cerca de 400 mil habitantes. Para Brognoli, seria necessária a instalação de um CAPS III, pois nessa categoria há leitos para internação e o funcionamento é de 24 horas todos os dias, ao contrário dos outros CAPS, que funcionam apenas de segunda a sexta-feira. "Falta estrutura em Florianópolis", reclama, ACD e IS

**Os sobrenomes não foram divulgados para manter a privacidade dos entrevistados*



"Você é luz, é raio, estrela e luar" - participantes se divertem na oficina de música do CAPES

Remédios: Vilões ou mocinhos?

A descoberta dos medicamentos para transtornos mentais ocorreu nos anos 50, sendo que, no Brasil, o uso dessas substâncias começou somente nos anos 70. "Antes não havia um tratamento específico", afirma Grohs. A decisão em utilizar um psicofármaco (como se denominam os medicamentos utilizados para o tratamento de distúrbios ou enfermidades mentais) depende do diagnóstico que o paciente apresenta. Para distúrbios como esquizofrenia, transtorno bipolar, depressões graves e controle de ataques de pânico, os medicamentos são o tratamento preferencial.

A dosagem do medicamento é estabelecida pelo médico, que vai adequando as doses de acordo com a reação do organismo do indivíduo. Como explica Grohs, se o paciente apresentar muitos efeitos colaterais, é necessário diminuir a dosagem ou trocar o remédio, até que se encontre um equilíbrio. O psiquiatra aponta que as vantagens de um tratamento continuado estão na possibilidade de diminuir os surtos: "Quanto mais surtos, mais sequelas e maior a dificuldade de recuperação."

Para Zeila os medicamentos foram importantes no tratamento de seu filho. "Quando ele parava a medicação, surtava. Só os remédios controlam os surtos". Porém, nem sempre era fácil convencer Nelson a tomar os remédios. "Tínhamos que colocar escondido no suco." Hoje o filho de Zeila aceita o tratamento, mas fica desconfiado com mudanças. Mesmo com o surgimento de remédios com menos efeitos colaterais, ele prefere manter a mesma medicação e não aceita nem genérico.

O uso de medicamentos envolve polêmicas. Fernanda Nicolazzi compara os psicofármacos a uma "camisa de força química". "A pessoa fica contida". Para ela, o maior problema está no uso que considera indiscriminado dessas substâncias. Ela completa que os pacientes não têm direito de escolha sobre o tratamento que desejam fazer nos hospitais. "A psiquiatria tradicional cala a boca."

O psiquiatra Grohs explica que, no momento em que o paciente está em crise, seu tratamento é discutido com a família. "Quando recupera a capacidade de autodeterminação, então é possível discutir com ele". Grohs afirma

categoricamente: "O que causa a perda de autonomia é a doença".

Mas sobre uma questão as opiniões entram em consenso, tanto de Nicolazzi, quanto de Grohs: o uso é necessário. "O uso deve ser racional, com cautela e com bons funcionários que possam acompanhar", afirma ela, que reconhece que não existe outra forma de lidar com a situação. Brognoli também é a favor da utilização controlada de medicamentos: "É um instrumento importante. A crítica que fazemos é em relação ao uso abusivo e disciplinar, para controlar a pessoa".

O professor Tadeu Lemos, especialista em dependência química do Departamento de Farmacologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), afirma que o paciente pode ter qualidade de vida se a doença for tratada corretamente. Quanto aos efeitos colaterais, ele explica que podem ser mais intensos do que em doenças que afetam outras partes do corpo, pois a estrutura do cérebro é mais complexa que a dos outros órgãos. "Que medicamento não traz efeito colateral?", argumenta Lemos.

Cobertura jornalística em áreas de risco

Repórter há 18 anos, Rubens Valente atesta que liberdade de imprensa não é respeitada na maior parte do país

Rubens Valente é repórter investigativo do jornal Folha de São Paulo. Já trabalhou na Agência Folha, no jornal O Globo e na revista Veja. Em 2001 recebeu o prêmio Esso de Reportagem pela matéria LBV – O Império da Boa Vontade, publicada em O Globo.

No dia 22 de outubro de 2007, esteve na UFSC para ministrar a palestra de abertura da VI Semana de Jornalismo. O repórter falou de sua experiência na Folha de São Paulo, que lhe rendeu matérias como a que denunciou o ex-ministro Romero Jucá, em 2005, por oferecer garantias falsas ao pegar empréstimos bancários com recursos públicos. Outra, publicada em 2003, relatou as psicocirurgias realizadas em todo país, que destroem parte do cérebro dos pacientes e não possuíam o aval prévio do Conselho de Medicina.

Quem o conhece pessoalmente, com sua fala calma e ar sereno, nem imagina que o repórter já foi estrangulado por um delegado em Cuiabá ao tentar apurar uma matéria. Segundo ele, fatos como esse são comuns na região. Na mesma cidade houve um caso de um editor assassinado. Mas Rubens prefere não falar muito no assunto, “já faz tanto tempo...”, desconversa. Durante a palestra, contou que na audiência e em frente ao juiz da região em que se deu o fato, o mesmo delegado sugeriu, em tom de ameaça, que o assunto fosse esquecido.

Ao conversar com a equipe do Zero, Rubens Valente mostra ser avesso a estrelismos em manifestações de vaidade. Fala sempre olhando nos olhos, com respostas curtas e convictas.

ZERO - Você começou a trabalhar em um jornal do Assis Chateaubriand?

Rubens Valente - Sim. Meu primeiro emprego em jornal foi em 1989, no “Diário da Serra”. Comecei a trabalhar uma semana antes de entrar na faculdade, na UFMS.

Z - Ter feito faculdade foi essencial para exercer a profissão?

RV - Com certeza. Me ajudou muito, pela história, pela teoria e por adquirir um hábito de leitura.

Z - Como surgiu o jornalismo investigativo no Brasil?

RV - O jornalismo investigativo surgiu de uma demanda dos jornais por matérias mais aprofundadas, para concorrer com as novas mídias, como a internet. Também por um problema de falta de espaço.

Z - Em que sentido falta de espaço?

RV - Falta de espaço físico na publicação. Para fazer uma matéria investigativa você tem que eleger poucos assuntos. Não dá para investigar muitas pautas. Dessa forma o jornal se aprofunda mais em menos assuntos.

Z - E a responsabilidade aumenta...

RV - Isso sim. Aumenta a responsabilidade de eleger os temas que merecem cobertura e também porque a reportagem investigativa assume lados. Na hora de apurar tem que levar em conta as mesmas coisas do jornalismo convencional, ouvir todos os lados e tal. A única coisa diferente é que o jornal assume uma posição. Isso é mais responsabilidade.

Z - Você acha que hoje é mais difícil para o jornalista conseguir informação dos órgãos públicos?

RV - Uma coisa é a quantidade de informação, que pra mim, é maior hoje do que nunca. A polícia e o Ministério Público têm muitas formas de conseguir informação e os sistemas de gerenciamento de dados são mais eficientes. Outra coisa é o acesso que o jornalista tem a essas informa-



LAURA DALDENAVIG, ENSAIO FOTIJORNALISMO

ções. Esse é que é o problema.

Z - E você acha que hoje é mais difícil de conseguir informações?

RV - Sim, está mais difícil. O próprio governo emitiu um mandado dificultando o acesso dos jornalistas às informações do Ministério Público. Eu soube de um caso em que o acusado concordou em passar os dados para a imprensa e os promotores entraram na justiça para tentar manter o sigilo.

Z - Por que só agora o governo decidiu dificultar a divulgação dos dados?

RV - Quanto a isso só posso fazer conjecturas. Eu acredito que é por que boa parte dos promotores públicos é ou era simpatizante do PT. E foi a partir do governo Lula que aumentou a restrição na divulgação dos dados.

Z - Não são todos os meios de comunicação que conseguem fazer jornalismo investigativo de verdade, não é?

RV - Acho que no Brasil jornalismo investigativo só é feito na Folha, no Estadão e na Veja. Há alguns outros exemplos isolados em outros estados também.

Z - Que tipo de software você usa para apurar?

RV - Na Folha a gente usa o Excel, Access e o PDF para ler os documentos oficiais. Hoje em dia é tudo informatizado no governo. Também temos, lá na redação, um especialista em Excel disponível para os repórteres. Se a gente precisar, é só ligar pra ele.

Z - Você acha que há lugares no Brasil onde é impossível praticar jornalismo?

RV - Eu não diria impossível, mas arriscado. Infelizmente fora do eixo Rio - São Paulo - Brasília a liberdade de imprensa não é muito respeitada.

Z - Em Brasília é mais seguro?

RV - Brasília sim, mas dentro das sucursais dos jornais... e com algumas restrições.

Z - Como você se sente quando uma matéria causa efeito positivo, como no caso da matéria sobre as psicocirurgias, que fez o Conselho Federal de Medicina alterar a conduta de fiscalização?

RV - Eu aprendi que reportagens como essa levam um tempo para surtirem efeito. No começo eu ficava frustrado porque nada mudava, as coisas continuavam erradas, mas com o tempo as coisas acontecem. É preciso paciência.

Z - Se você tivesse que cobrir uma denúncia na UFSC, por exemplo, por onde começaria?

RV - É difícil, porque não conheço a realidade da universidade. Mas começaria por ex-funcionários da instituição envolvida e pelos que denunciaram. Não sei, depende da denúncia. Por quê? Existe alguma coisa que você saiba?

Por Luiza Ferreira

“No começo eu ficava frustrado porque nada mudava, as coisas continuavam erradas, mas com o tempo as coisas acontecem. É preciso paciência.”

Na terceira margem da Bienal

Na sua 6ª edição, mostra de artes visuais reúne em Porto Alegre obras de 67 artistas de 24 países

Inspirada no famoso conto de João Guimarães Rosa, *A terceira Margem do Rio*, a 6ª Bienal de Artes Visuais do Mercosul, que aconteceu entre os dias 1º de setembro e 18 de novembro em Porto Alegre, simboliza uma mudança de perspectivas, trazendo obras que representam diferentes formas de percepção da mesma realidade, mostrando que, de fato, não existe nada que possua apenas dois significados.

O tema do evento é na realidade uma metáfora. Escrito em 1962, o conto traz um homem que sempre viveu à margem de um rio e que, subitamente, decide deixar a casa, a família e as terras que cultivava para se jogar à deriva. Constrói uma pequena canoa que não o levará até o outro lado, remetendo-o por entre às águas, lugar onde permanecerá por vezes onde os olhos conseguem fitar, noutras na obscuridade. Aquela vida retirada não causa esquecimento nos que ficam, apenas inquietações, angústias e dúvidas sobre o motivo da partida. O personagem de Guimarães Rosa se põe à terceira margem, contemplando ambas as outras com sua presença silenciosa. Na sétima edição em 2009, certo dia, vá à Bienal do Mercosul e mande fazer para si uma canoa.

Romper com as dualidades, a exemplo do concreto e do abstrato, do nacionalismo e da globalização traz uma nova maneira de assimilar o que nos cerca. Quando Nietzsche disse que temos a arte para que a verdade não nos destrua, poderia estar falando de arte contemporânea. Não é na racionalidade que ela se apresenta. Usufrui-la com sentimentos, construindo relações, causa efeito, estranhamento, impacto ou absolutamente nada, gerando um vazio gritante. A arte contemporânea não faz mais "arte pela arte". Enquanto a arte clássica se preocupava com a contemplação, a arte do nosso tempo não tem a mesma pretensão. Hoje precisamos dos artistas que nos façam refletir, filosofar, sair da caverna como sugeriu Platão. Mobilizar-nos para a ação.

Na 6ª edição da Bienal do Mercosul, 67 artistas oriundos de 24 países expuseram cerca de 350 obras em seis mostras – três exposições monográficas, situadas no MARGS (Museu de Arte do Rio Grande do Sul) e no Santander Cultural, e as coletivas Conversas, Zona Franca e Três Fronteiras distribuídas nos armazéns do Cais do Porto, à beira do Rio Guaíba.

Francisco Matto, Öyvind Fahlström e Jorge Macchi são os artistas homenageados com exposições individuais. No primeiro andar do MARGS, as pinturas e esculturas de Matto demonstraram o resultado de profundas pesquisas sobre a cultura pré-colombiana da América Latina. O brasileiro Öyvind Fahlström teve pela primeira vez uma exposição monográfica em seu país de origem. Seu trabalho, exposto no segundo andar do Museu de Arte do Rio Grande do Sul, é



O conto *A Terceira Margem do Rio*, de Guimarães Rosa foi a inspiração da 6ª Bienal de Artes Visuais do Mercosul

muito pouco conhecido por aqui, mas o autor está entre os artistas brasileiros mais famosos internacionalmente. Apropriando-se de técnicas da Pop Art, mesmo que de modo subversivo, suas obras têm fortes críticas à política internacional dos países de primeiro mundo. Fahlström já foi homenageado com exposições individuais também no Museu Guggenheim de Nova York, no Centre Georges Pompidou, em Paris, e na Modern Museet de Estocolmo.

Os vitrais do Santander Cultural, construção com fortes características do neoclássico francês, se apagaram para as obras de Jorge Macchi. O argentino é um dos artistas contemporâneos mais reconhecidos atualmente. Páginas de jornal, caixas de fósforos e mapas de cidades se transformam em poesia e reflexão depois de ressignificados por Macchi.

Roberto Chagas, assistente de supervisão do evento, formado em Desenho Plástico, faculdade anárquica da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), elegeu as obras de Jorge Macchi como suas preferidas desta bienal. Comparou a exposição de Macchi com a obra de sucatas de computador, "Torres Gêmeas", do arquiteto e gravador paraguaio Osvaldo Salerno, exposta no espaço Conversas, para dizer que a simplicidade e complexidade das obras de Macchi representam o cotidiano de uma maneira inusitada, sem se preocupar com o sensacionalismo como fez Salerno.

A mostra Conversas contou com

nove artistas do Mercosul, que além de terem exposto suas obras, trabalharam como curadores escolhendo outros criadores que possuíam trabalhos com o mesmo tema. Cada um expusera em conjunto na companhia de outras duas obras dos artistas eleitos, em nove salas, cada uma contando ainda com a presença de uma quarta obra afim eleita pela equipe oficial da bienal. O diálogo democrático que surgiu a partir desta iniciativa chamou a atenção de Maria Salete, professora de português, 45 anos: "As quatro obras colocadas propositalmente em cada sala me fizeram observar como um mesmo tema pode ser tratado e reconhecido de diferentes maneiras".

Zona Franca é uma exposição em que quatro curadores mostraram suas escolhas pessoais, resultado de andanças pelo mundo. É o espaço que demonstra o critério de qualidade e relevância em nível internacional desta bienal. Lá se articula a visão a partir do Mercosul até o mundo, um dos princípios intelectuais fundadores desta edição.

Pryscila Raquel da Silva, estudante

do oitavo semestre do curso de artes plásticas da UDESC (Universidade Estadual de Santa Catarina), visitou as mostras da bienal de Porto Alegre, e comentou: "Algumas obras despertam muito mais a nossa curiosidade, trazem mais sentidos, ainda que isso seja muito pessoal, subjetivo. Outras servem para nos questionar sobre como exposições importantes como a Bienal do Mercosul estão inseridas num

mercado de arte contemporânea sem freios. Até aí vale a pena a experiência de estar frente a frente com os trabalhos selecionados, podendo vivenciar novas experiências e também questionar alguns valores". Pryscila completou dizendo que o fato de chamar-se Bienal do Mercosul, a fez acreditar que boa parte dos artistas selecionados seria brasileira, o que não

aconteceu. Quando questionado sobre a internacionalização das mostras neste ano, Justo Werlang, Diretor-Presidente da Fundação Bienal do Mercosul diz: "No caminho da valorização de uma geografia cultural, criada a partir da voz do artista, extrapolar limites de fronteiras geopolíticas mostrou-se um passo necessário".

A mostra Três Fronteiras reuniu qua-

tro artistas – Jaime Gili, Daniel Bozhkov, Minerva Cuevas e Anibal López – de países de fora do Mercosul, que desenvolveram obras especiais para esta edição da Bienal a partir de uma vivência na região da Tríplice Fronteira do Mercosul (Paraguai-Argentina-Brasil).

De 1º a 16 de dezembro acontece no Santander Cultural uma "mostra de prestação de contas", contendo informações sobre os investimentos realizados e as contribuições que o projeto trouxe às comunidades. Junto com a Mostra, foi apresentado o Relatório de Responsabilidade Social desta sexta edição. A Bienal do Mercosul se coloca, então, como uma construção a serviço de seus diversos públicos. Sobre isso Justo Werlang disse que: "a preocupação básica de todos nós que estamos atuando pode ser resumida em como podemos ampliar os retornos a todos os públicos da bienal ou como servir melhor a esse público. É com essa premissa que começamos agora a planejar a próxima edição da Bienal. A Mostra e o Relatório de Responsabilidade Social, além de serem instrumentos de transparência, servem como ferramenta de reflexão para que a Bienal continue a reinventar-se sempre".

A Bienal de Artes Visuais do Mercosul de Porto Alegre, aberta gratuitamente nos 79 dias de exposição, durante todos os sete dias da semana, das nove às 21h, contou com a visita de mais de 500 mil pessoas. Que se faça e refaça, sempre, tempos afora.

Por Amanda Busato

A Bienal, em imagens

Arte + educação

Mesmo com a maior região metropolitana do sul do país, a capital gaúcha, onde residem atualmente 1,42 milhão de pessoas, sendo a décima cidade mais populosa do Brasil de acordo com dados do IBGE, ainda é considerada uma cidade sem um mercado estabelecido de arte. Por esta razão a Bienal do Mercosul já apresentava tradicional ênfase na educação para a arte.

Nesta 6ª edição, a integração entre o projeto pedagógico e a proposta curatorial promoveu um aumento significativo do contato do público com a arte contemporânea. As ações contemplam o envolvimento de professores das redes pública e privada de ensino, a visita dos alunos à exposição, a realização de ciclo de conferências e mesas-redondas, a inserção do projeto da 6ª Bienal do Mercosul no calendário escolar da Rede Pública de Ensino/RS, a realização de simpósios de arte-educação e encontros com mais de 7,5 mil professores do interior dos Estados do RS e SC, a realização de curso para formação de mediadores que orientam os visitantes na Bienal, a produção e distribuição de Material Educativo para escolas das redes pública e privada, o transporte gratuito para até 100 mil estudantes da rede pública e instituições carentes e o projeto Diálogos, em que mais de 30 artistas locais entraram em contato com os artistas que expuseram na Bienal. Para Mônica Hoff, coordenadora executiva do projeto pedagógico, essa foi a maior conquista desta edição da Bienal: "Nos inspiramos em frustrações. Na quinta edição já se produziu material pedagógico e houve o primeiro simpósio, encontro de formação de professores e de mediadores, mas só agora ouvimos as necessidades das secretarias da educação do estado e do município, firmamos parcerias e criamos o projeto pedagógico".

"O modelo de bienal em que o projeto pedagógico está fundido ao projeto curatorial, me parece ter potencial para diferenciar a Bienal do Mercosul no conjunto de mais de 100 bienais ao redor do mundo" disse Justo Werlang, Diretor-Presidente da Fundação Bienal do Mercosul, instituição de direito privado responsável pela realização das mostras e eventos que constituem as Bienais do Mercosul.

O curador responsável pelo projeto pedagógico, Luis Camnitzer, figura reconhecida no campo da arte e da educação, propôs uma inovadora reconfiguração do programa educativo, desde suas metas até sua implementação. Para o curador, o espectador deve ser visto como ser criativo e não como mero receptor passivo de informação.

Por Amanda Busato



Marulho: estrutura que se assemelha a um pier, de onde se observa livros que cobrem inteiramente o chão com fotografias de mares e oceanos

CRISTINA SANT'ANNA / BANCORFOTO.COM

EDUARDO GELLY / BANCORFOTO.COM



As Torres Gêmeas de Osvaldo Salerno



Mostra Monográfica de Francisco Matto guiada por mediadora

TERAPIA GELLY / BANCORFOTO.COM



Mais de 500 mil pessoas frequentaram os espaços da 6ª edição da Bienal de Artes Visuais do Mercosul de Porto Alegre

Mais Bienal na pág. 15